



AESP|CE
ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA
PÚBLICA DO CEARÁ

**ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLICIA MILITAR DO CEARÁ
CURSO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA**

NARCISO FERREIRA DE MENEZES

**A RELAÇÃO DOS HOMICÍDIOS NO GRANDE BOM JARDIM, (TERRITÓRIO DA
PAZ) COM A POBREZA E O AUMENTO DA POPULAÇÃO NO PERÍODO DE 2010 A
2012.**

**FORTALEZA
2013**

NARCISO FERREIRA DE MENEZES

A RELAÇÃO DOS HOMICÍDIOS NO GRANDE BOM JARDIM, (TERRITÓRIO DA PAZ) COM A POBREZA E O AUMENTO DA POPULAÇÃO NO PERÍODO DE 2010 A 2012.

Monografia apresentada junto a Academia Estadual de Segurança Pública, como parte dos requisitos para obtenção do certificado de conclusão do Curso Superior de Segurança Pública 2013.

Orientadores: Prof. Dr. Jeimes Mazza Correia.

Prof.^a Ana Cláudia Vieira.

**FORTALEZA
2013**

NARCISO FERREIRA DE MENEZES

A RELAÇÃO DOS HOMICÍDIOS NO GRANDE BOM JARDIM, (TERRITÓRIO DA PAZ) COM A POBREZA E O AUMENTO DA POPULAÇÃO NO PERÍODO DE 2010 A 2012.

Monografia apresentada junto a Academia Estadual de Segurança Pública, como parte dos requisitos para obtenção do certificado de conclusão do Curso Superior de Segurança Pública 2013.

APROVADO EM __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Jeimes Mazza Correia (orientador de conteúdo)
Academia Estadual de Segurança Pública

Ana Claudia Vieira (orientador de metodológico)
Academia Estadual de Segurança Pública

Gilberto Firmino de Sousa. – TC PM (representante vinculada)
Academia Estadual de Segurança Pública

Marcelo de Lima Furtado – TC PM (convidado AESP/CE)
Academia Estadual de Segurança Pública

**FORTALEZA
2013**

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho de pesquisa e a elaboração desta monografia.

A todos os moradores do Grande Bom Jardim, o Bonja, o Good Gardem ou BJ que apesar das precárias condições de vida a que são submetidos são pessoas felizes e vitoriosos da exclusão social.

AGRADECIMENTOS

- **A Deus nosso pai superior que me proporcionou habilidades e discernimento para participar desse curso e para a elaboração desse trabalho.**
- **A meu papai Lourival Lopes de Menezes.**
- **A minha mamãe Francisca Ferreira de Menezes (in memorian), que em vida muito me incentivou.**
- **A minhas irmãs e irmãos que me apoiaram em todos os momentos de incerteza.**
- **Aos meus filhos Naedson, Narciso Filho, João Victor, Daniel e Leiliane por sofrerem minha ausência resultante da dedicação a meu trabalho.**
- **Ao apoio das minhas ex-companheiras que me deram filhos maravilhosos e àquelas que me ajudaram e apoiaram na realização desse trabalho.**
- **A minha Polícia Militar do Ceará a quem devo tudo que tenho hoje no campo material, espiritual e familiar, bem com e aos conhecimentos nela adquiridos.**
- **À coordenação da AESP e em particular ao Subtenente Farias.**
- **Aos companheiros laranjeiras desse período ao Major Rondon, Major Sobreira (meu irmão) e ao Major Herman, cabra bom do Cariri.**

"Desistir... eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça."

Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas ([Cora Coralina](#))

RESUMO

Esta monografia procura abordar os fatores que poderão estar contribuindo para a incidência de homicídios no Grande Bom Jardim. O crescente número de homicídios que está transformando a capital cearense numa cidade violenta, que esta sendo um fato recorrente na periferia, tem preocupado de forma significativa o sistema de segurança pública do Estado, que não encontra mecanismos para controlar essa pratica criminal. Dentro desse contexto, está o Grande Bom Jardim, (GBJ), que no ano de 2009 foi contemplado pelo Ministério da Justiça com o projeto, “Território da Paz”. Esse projeto foi implantado nessa região por apresentar um considerável índice de criminalidade e precárias condições de infraestrutura urbana e social, fatores que possivelmente estivesse contribuindo para torná-lo numa forte expressão para a ocorrência de homicídios. Formado por cinco bairros, Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho e Siqueira, o Grande Bom Jardim enfrenta problemas de ausência de políticas públicas e de infraestrutura urbana, além da marca da criminalidade recorrente, fator que o torna estigmatizado, por ser o lugar mais violento de Fortaleza. A existência da precariedade dos equipamentos públicos, um elevado aumento da população resultante da migração entre bairros, a situação de extrema pobreza e as lacunas sociais resultante pelo abandono do poder público nessa região, tem se transformado em componentes que habilitam o Grande Bom Jardim, para ainda continuar com a fama negativa de região mais violenta da periferia de Fortaleza.

Palavras chaves: Abandono: Infraestrutura: Homicídio.

ABSTRACT

This monograph seeks to address the factors that may be contributing to the incidence of homicides in Greater Bom Jardim. The growing number of homicides that is transforming the capital city of Ceará in a violent city, a fact that is being recurring in the periphery, has worried significantly the public security system of the State, which finds no mechanisms to control this criminal practice. Within this context, is the Great Bom Jardim (GBJ), which in 2009 was awarded by the Ministry of Justice with the project, " Territory of Peace." This project was implemented in this region by presenting a considerable crime rate and poor conditions in urban infrastructure and social factors that were contributing to possibly make it a strong expression to the occurrence of homicides. Comprising five districts, Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho, Siqueira and the Great Bom Jardim facing problems of lack of public policies and urban infrastructure, and the brand of crime applicant factor that makes stigmatized by being the most violent place in Fortaleza. The presence of the precariousness of public facilities, a high increase in population resulting from migration between districts, the situation of extreme poverty and social gaps resulting from the abandonment of public power in the region, has been transformed into components that enable the Big Bom Jardim, for still continue with fame negative periphery most violent region of Fortaleza.

Keywords: Abandonment : Infrastructure: Homicide .

INTRODUÇÃO

Apesar dos investimentos realizados pelo Estado do Ceará nos últimos anos na pasta da segurança pública de nosso estado, esse fator não foi suficiente para conter os índices de criminalidade, pois, os seus efeitos, assim como nos demais estados do Nordeste, do crescimento na violência, tem sido um fator de preocupação no que diz respeito a pratica do crime contra a vida.

Assim, a segurança pública do Estado do Ceará, tem passado por uma série de dificuldades para conter, em níveis aceitáveis, a violência e a criminalidade que permeia a capital cearense, mais notadamente nos diversos bairros que compõem a periferia de Fortaleza e, em particular, o Grande Bom Jardim.

Dessa forma, reforçando o compromisso com a preservação da ordem pública e, objetivando contribuir para o estudo acadêmico dos problemas que atingem esse aspecto da política social é que estamos atendendo as orientações reguladas pela Academia Estadual de Segurança Publica do Estado do Ceará (AESP-CE), abordando a área temática da Segurança Pública que trata de estratégias e procedimentos operacionais dentro da linha de pesquisa que visa analisar as dinâmicas e os fatores explicativos da incidência de atos de violência e criminalidade, praticadas por grupos ou organizações.

O Grande Bom Jardim pode ser visto por muitos cearenses como um dos locais da periferia onde há grande número de crimes, pois é tema recorrente da imprensa local e em diversos programas policiais contribuindo cada vez mais para a consolidação do estigma de bairro mais violento da capital.

O interesse por esta pesquisa baseia-se nos conhecimentos adquiridos através das experiências subjetivas vivenciadas nesses bairros, como ex-morador, ou de forma objetiva, como profissional da área responsável pela segurança pública dessa região. Somam-se a isso, as percepções da tradição cultural da região que transcendem o campo de atuação da Polícia Militar, que figura em tais localidades meramente como força preventiva e repressiva do Estado.

Outro fator que contribuiu para a escolha do tema foi à relevância que um estudo sobre esse assunto pode alcançar, o que pode ser constatado com a leitura de artigos e outros tipos de publicações sobre o tema que serviram como base para pesquisas realizadas por entidades públicas, privados e de organizações não governamentais.

A escolha do Grande Bom Jardim como objeto deveu-se, em parte, ao fato do Governo Federal, em face à situação de criminalidade recorrente nos bairros que formam o Grande Bom Jardim, ter implantado, em 2009, o projeto “Território da Paz” visando minimizar os efeitos da violência em seus diversos aspectos e na sua forma geral. Ademais, corroborando com nossa visão, vários trabalhos monográficos de graduação, especialização e doutorado também foram publicados expondo situações cotidianas que descrevem o modo de viver das pessoas que moram em locais estigmatizados pela violência.

Para César Barreira (2012), Coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC), esse bairro é vítima da ausência de políticas públicas sociais, além de enfoques de tendência negativa traduzidas nos meios de comunicação escrita, falada e televisada de nosso Estado. Somam-se a esses fatores, o interesse de quem atua na área de segurança pública, por conta do contato direto que esses profissionais têm com os problemas sociais que o bairro apresenta.

O aparato de Segurança Pública de responsabilidade da Polícia Militar do Estado do Ceará e da Polícia Civil que formam os bairros do GBJ é composto por uma Companhia da Polícia Militar (4ªCia/6ºBPM, localizada na 2ª etapa do Conjunto Ceará) e por duas delegacias (32º DP, no Bom Jardim e 12º DP, no Conjunto Ceará) que atuam de forma preventiva e repressiva para enfrentar a violência e a criminalidade que estão presentes nos bairros, Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho e Siqueira.

Percebe-se que o clima de insegurança vivenciada pelos moradores do Grande Bom Jardim, trata-se de uma realidade encontrada em outros momentos de sua estruturação, apesar do aparato de segurança pública descrito anteriormente, pois,

existem registros na Companhia da Polícia Militar responsável pela área da implantação de projetos tais como: Distrito Modelo I, 1998; Núcleo de Policiamento Comunitário em 2007; e Ronda do Quarteirão e o projeto Território da Paz no ano de 2009. O Ronda do Quarteirão como uma nova modalidade de policiamento comunitário, e o Território da Paz, com o objetivo de combater as diversas formas de violência que dominavam essa parte da periferia de Fortaleza.

Por conseguinte, é possível observar um fato, iniciado no ano de 2010, que está ocorrendo nos bairros localizados na área do Grande Bom Jardim, que tem passado de forma despercebida pelas autoridades públicas, por órgãos de defesa dos direitos humanos e de controle social: a migração que está se desenvolvendo, quer de forma voluntária, quer de forma involuntária de famílias e até mesmo de comunidades inteiras para o Grande Bom Jardim, o que contribui consideravelmente para o aumento da população desses bairros, gerando conflitos sociais, culturais e práticas criminosas de toda monta.

Nesse sentido, o estudo em questão tem como objetivo proporcionar linhas de averiguação que produzam compreensão de alguns fatores que possam nortear o entendimento do quadro de crimes e violência que prepondera no Grande Bom Jardim, Território da Paz; tendo como foco o aumento populacional resultante das transferências de famílias, quase que em sua totalidade, pobres e carentes para os conjuntos habitacionais situados no Grande Bom Jardim, como por exemplo, Tatumundê, Leonel Brizola, Jurací Magalhães, Residencial Eliazar de Carvalho, Residencial Raquel de Queiroz e Residencial Miguel Araes; entre o período de 2010 a 2012.

Abordando pontos como os impactos sociais causados pela mudança nos moradores que ali já residiam e nos moradores recém-chegados; o projeto de habitação e a estrutura das edificações construídas que, de forma verticalizada, dificultam a execução de diversas modalidades de policiamento ostensivo preventivo e repressivo; o aumento do número de homicídios naqueles bairros; e as medidas adotadas pelo poder estatal e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social para a contenção do avanço indiscriminado da criminalidade na região que forma o Grande Bom Jardim.

Para Saporì (2012), os fatores que contribuem para o aumento da violência e, conseqüentemente, para a elevação da taxa de homicídios, são a consolidação do tráfico de drogas, principalmente o consumo de drogas, os elevados níveis de impunidade e a necessidade de adoção de medidas mais eficientes para combater os dois aspectos anteriores.

Assim, a intenção dessa pesquisa é buscar compreender até que ponto o possível aumento, bem como o ajuntamento da população carente na periferia de Fortaleza, tem contribuído para o elevado índice de ocorrência de homicídios no Grande Bom Jardim, no período de 2010 a 2012.

A fim de obter sucesso neste intento é que se recorre à pesquisa bibliográfica a partir das discussões de teóricos como Michel Foucault (1978), que aborda a assepsia social; Michel Misse (1995), que traz questionamentos sobre crime e pobreza; Zaluar apud Paiva (2004) cuja discussão traz uma ideia de que o crime assume um poder paralelo ao do Estado, ainda que para a antropóloga o termo “poder paralelo” não se aplique plenamente, haja vista que ao contrário das paralelas, que só se encontram no infinito, o poder constituído e o poder dos comandos do tráfico se encontram diariamente, convivem e se auto-alimentam; Sousa (2007) que discute o crime e violência na periferia de Fortaleza; Bezerra (2011) que discute os mitos discursivos instituídos sobre o “pobre da e na periferia” emblemáticos na associação pobreza-criminalidade-violência; e matérias publicadas em jornais de grande circulação relacionados ao tema.

Situado na zona sudoeste da periferia de Fortaleza, o Grande Bom Jardim formado por cinco bairros - Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa e Siqueira - é visto pela mídia geral e por diversos programas policiais de nosso estado, como o “Celeiro da Violência”.

Segundo Bezerra (2011), o Grande Bom Jardim é um bairro estigmatizado pelo senso comum, como o bairro do “viche”, pois causa surpresa e espanto quando seus moradores declaram onde residem e embora a população do Grande Bom Jardim não seja homogênea, as imagens produzidas pelos “de fora” sobre o lugar e seus habitantes parecem ser realmente essas.

Apesar da carência de políticas públicas aplicadas à periferia da capital cearense, o Grande Bom Jardim tem sido um grande receptor de famílias remanejadas de outras circunvizinhanças não menos carentes. Segundo relatou o Secretário das Cidades, Camilo Santana, ao jornal O POVO, a expectativa é que até meados de 2014, 12 mil famílias sejam realocadas em conjuntos habitacionais. É dessa forma que essas comunidades se reinstalam e passam a morar em conjuntos residenciais verticalizados construídos pelo poder público.

Dentro de um conjunto de elementos a serem declinados, procuraremos elencar também esse fator como um dos aspectos a serem analisados a fim de compreender as razões para o aumento da criminalidade no Grande Bom Jardim, bem como a ausência de controle em níveis aceitáveis da prática de homicídios que marca de forma negativa o conceito dos bairros que o constituem e, conseqüentemente, a conduta de seus moradores.

O estudo do Grande Bom Jardim, abordando problemáticas como pobreza, a prática de homicídios e aumento da população em face ao deslocamento intencional conduzido pelo Estado que remaneja famílias para a sua região, tem grande relevância para a sociedade local, para a sociedade em geral e, de maneira especial, para o poder público. A discussão da problemática em torno desse tema contribuirá de forma positiva para o debate político-social no que diz respeito ao entendimento dos vários fatores que serão investigados, e assim, poderá facilitar proposituras de medidas futuras que visem mitigar a violência naquela localidade, contribuindo para a paz social e a tranquilidade pública naquele conglomerado.

Para Milton Santos (1995), infelizmente, o estágio atual da globalização está produzindo ainda mais desigualdades. E, ao contrário do que se esperava, crescem o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança do cotidiano, num mundo que se fragmenta e onde se ampliam as fraturas sociais.

Os referencias teóricos pontuados, contribuirão para uma melhor compreensão dos fatores elencados como pertinentes a esta pesquisa, dentre eles, pobreza, exclusão social e violência é que pensamos numa estruturação dentro de um contexto lógico que possa dar fluidez e entendimento ao presente estudo.

O primeiro capítulo terá por finalidade contextualizar o Grande Bom Jardim nos seus elementos constitutivos, no caso, um perfil econômico social, aspectos urbanísticos, além de um de um aspecto fundamental nesta proposta de pesquisa, a compreensão do projeto implementado na região conhecido como, “Território da Paz”.

Em seguida, como parte integrante do capítulo dois, será feita uma abordagem de questões relacionadas à violência e suas especificidades e o crime contra a vida em sua tipificação no Código Penal Brasileiro será analisado, dentro dos aspectos aqui disponibilizados, para o entendimento de um bairro contemplado por um projeto de políticas públicas conhecido como Território da Paz, a fim de elencar um conjunto de fatores capazes de proporcionar a compreensão da violência contextualizada a outros aspectos supracitados. Bem como, a possibilidade da existência de algum tipo de conflito social entre a comunidade local e as que são transferidas pelo Estado e os choques de comportamento e dominação territorial entre os mesmos. Serão apresentados também dados estatísticos sobre o número de homicídios na região.

Já o terceiro capítulo discutirá os aspectos que relacionam o aumento da violência e os prováveis fatores relacionados a essa constatação já aludida anteriormente. Fatores como ausência de Políticas Públicas efetivas que deveriam, mas não acompanharam o crescimento populacional do Grande Bom Jardim.

As percepções e compreensões da violência no Grande Bom Jardim, estando elas associadas a violência, devidamente caracterizada, são postas no trabalho apresentado, através dos anexos com os fatores a ser destacados condições social. Ausência do poder público, urbanização e migração.

Não há nesta pesquisa a pretensão de exaurir o tema em questão, haja vista ser tão marcante para o alcance da democratização da cidadania e cuja magnitude requerer que os gestores públicos se debrucem constantemente sobre essas questões na busca de amenizar a problemática que ele traz. Fica a ressalva também de que não se pretende apresentar formulas mágicas ou saídas espetaculosas para a resolução dos problemas apresentados. O objetivo principal é contribuir para uma discussão

prática e positiva sobre o assunto que não é enfrentado apenas pelo Grande Bom Jardim, mas também por outros bairros da capital.

Portanto, este trabalho abordara as condições socioeconômicas dos moradores do Grande Bom Jardim, vinculando o aumento da população, à ausência do poder público, às precariedades de infraestrutura social e a extrema pobreza, como um conjunto de fatores que podem estar contribuindo com o aumento da violência contra a vida naquela região.

1 O GRANDE BOM JARDIM: “TERRITÓRIO DA PAZ” OU UM ESPAÇO PRIVILÉGIADO PARA A VIOLÊNCIA?

A percepção de insegurança que aflige a maioria dos estados brasileiros, resultante da criminalidade em decorrência dos mais diversos delitos, e em destaque aqueles contra a vida, e que são provocados pela ação humana, levadas ao conhecimento da população pelos meios de comunicação de massa, tem produzido uma sensação de medo na sociedade.

Além de despertar nos gestores a necessidade de dar respostas as demandas da sociedade visando amenizar essa sensação de insegurança produzida pelo medo. Uma violência crescente que exige, ainda mais, a tomada de medidas adequadas dos órgãos que fazem a segurança pública do Estado.

Contemporaneamente, violência urbana está presente na quase totalidade dos municípios brasileiros e sua ação se protagoniza com maior intensidade nas regiões de periferia das metrópoles que apresenta um crescimento populacional visível e em determinados casos, com baixas condições de vida. Reforça essa linha de raciocínio, o Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza (Perfil SER V)(2011) ao se reportar nesse mesmo sentido, afirmando que a violência ocupa um lugar central no cotidiano das grandes cidades. Fortaleza e, mais especificamente a Regional V, não poderiam ser exceções.

O município de Fortaleza como uma das capitais do nordeste mais promissoras e detentora de um parque turístico que atrai visitantes de toda parte do mundo, por seu imenso litoral e de inúmeras praias o que a torna um município de grande porte, além da implantação de indústrias e um comércio crescente, traz consigo também inúmeros problemas de gestão de toda ordem, dentre eles, a insegurança pública que tem sido uma inquietação tanto a nível municipal como estadual.

No Brasil, PAIXÃO (1988), questiona a influência da renda sobre o crime, com base no fato de que a melhoria dos indicadores sociais no país ao longo dos anos tem sido acompanhada por um aumento da criminalidade. Na mesma linha, BEATO & REIS (2000) mantêm que o vínculo entre pobreza e criminalidade continua a receber apoio na comunidade das ciências sociais do Brasil, apesar de suas “expressivas inconsistências teóricas e insuficiência empírica”. No entanto, sua própria pesquisa, comparando municipalidade no estado de Minas Gerais com uma técnica de “bootstrapping”¹, mostra uma significativa correlação negativa entre a taxa de “crimes contra pessoas” e o índice de desenvolvimento humano (IDH) das Nações Unidas (constituído por renda, expectativa de vida ou mortalidade infantil e educação).

De acordo com a pesquisa Coleção Pensando Segurança, Volume 1, realizada pela SENASP(2013), nas cidades de Fortaleza-CE e Recife-PE, abordando os homicídios no Brasil, os pesquisadores ressaltaram que esses dois municípios apresentam inúmeras contradições sociais que não atraem somente turistas mas também ações criminosas, especialmente contra o patrimônio, (nas localidades mais ricas) e contra a vida (nos espaços de maior vulnerabilidade social). Destaca ainda que as duas cidades, com realidades semelhantes, estão expostas aos desafios do enfrentamento de uma criminalidade cada vez mais letal e articulada. Acrescenta a pesquisa que a mortalidade em massa de jovens das áreas mais segregadas, com baixo investimento em políticas sociais e infraestrutura vêm demonstrando que a

¹ **Bootstrapping** é um termo de origem inglesa que se originou na década de 1880 como um acessório para ajudar a calçar botas, e gradualmente adquiriu uma coleção de significados metafóricos adicionais. O tema comum a todos esses significados é a realização de um processo sem ajuda externa, mas com etapas de facilitação interna. Em Administração, o conceito é usado no campo de Empreendedorismo, para designar o início de novos negócios sem volumes grandes de investimentos financeiros. Fonte. Livro a arte de começar – o guia definitivo para iniciar seu projeto.(bibliografia)

relação entre criminalidade e a pobreza deve ser compreendida também a partir dos baixos índices de desenvolvimento humano, em especial dos locais onde convivem lado a lado vítimas e criminosos.

Procurando uma forma de reduzir a distancia entre os governantes e os governados, aliados a todos esses fatores, administrativamente Fortaleza foi dividido em seis secretarias regionais que são responsáveis pela gestão política de um determinado número de bairros, visando atender as demandas existentes, através de políticas públicas de atendimento a população.

A região do Grande Bom Jardim, objeto de nossa pesquisa, com essa divisão de Fortaleza, ficou pertencendo a Secretaria Regional V (SER V). Composto por cinco bairros populosos e em face de protagonizar cotidianamente acontecimentos na área da segurança pública, pela ocorrência diária de diversos tipos de crimes, notadamente os crimes contra a vida, e em destaque o crime de homicídio, além da ocorrência de outras condutas ilícitas de violência criminal, esse conglomerado de bairros é visto, como um dos “Celeiros da Violência” da capital, tanto por moradores do próprio local como moradores de outros bairros de nosso município, e principalmente pela mídia cearense em geral que conta para a divulgação desses fatos com um número considerável de programas policiais em nosso Estado.

Apesar do destaque negativo, como uma região de violência, PAIVA (2007), em decorrência da pratica de diversos ilícitos penais, e mais notadamente o crime de homicídio, que são recorrentes nessa região do GBJ, existem ações de pacificação, como o projeto “Território da Paz”, que foi implantado com o objetivo de proporcionar mecanismos que pudesse reduzir o índice de criminalidade desse conglomerado de bairros, bem como dar uma melhor atenção social que mitigasse as precárias condições de vida daqueles moradores, através da implementação de políticas públicas.

1.1 Surgimento do Grande Bom Jardim (GBJ) no contexto urbano de Fortaleza-CE.

Numa contextualização histórica dessa região, apresenta-se que o bairro do Bom Jardim, foi o primeiro bairro dentre os que hoje formam o Grande Bom Jardim, a se instalar naquela localidade urbana de Fortaleza, cuja origem remonta dos anos de

1950, e, segundo nos afirma CARNEIRO (2011), tal fato foi resultante de uma demanda social advinda do interior do Estado, fato que contribuiu para que esse contingente na década de 1960 aumentasse, passando a ser mais expressivo na periferia, onde ocorreu uma grande migração do interior para a capital.

Segundo, o Grupo de Estudo: Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano, da Universidade Estadual do Ceará, 2004, que pesquisou a respeito do surgimento dos nomes dos bairros:

O nome Bom Jardim adveio das áreas verdes da propriedade do Senhor João Gentil; Granja Portugal, pela propriedade de um senhor de nacionalidade portuguesa, chamado José Portugal. Diziam que ele tinha uma granja. Então, ficou registrado bairro Granja Portugal; Canindezinho, pela analogia entre localidades que tinham como padroeiro São Francisco de Assis. Canindé há 120 km de Fortaleza, então, Canindé Grande, e uma localidade às margens da estrada General Osório de Paiva, denominada Canindé Pequeno. Assim, surgia o nome Canindezinho. Siqueira, segundo relatos de moradores presume-se que tenha uma origem indígena. (GPDU, p.33, 2011)²

De acordo com CARNEIRO (2011), citando BARREIRA (1996), entre os anos de 1950 e 1960, a cidade de Fortaleza passou a ter um crescimento populacional de quase 100% no aumento de sua população, resultando em núcleos completamente desprovidos de infraestrutura básica e espalhados pela periferia da cidade. Acrescenta ainda esse autor, que as pessoas advindas do interior do Estado, colaboraram significativamente para o crescimento da população dos bairros que compõem o GBJ, e em particular aquelas atingidas pelo êxodo rural resultante da grande estiagem ocorrida entre os anos de 1979 a 1984. De forma que se somaram a tudo isso, o não planejamento urbano e a escassez de políticas públicas que agisse no sentido de organizar o espaço urbano.

Segundo estudos realizados contidos no Mapa da Criminalidade e da Violência de Fortaleza (Perfil da SER V) (2011), dentre os cinco bairros que formam o GBJ, o Bairro do Bom Jardim, assim como outros, tiveram sua população duplicada na

² Fonte: UECE. **Futebol no Bom Jardim: Prática de sociabilidade e “estratégia” de Política Pública Social.** Disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/tarcisio_arquimedes.pdf>. Acesso em:18set2013.

década de 1990, passando de 15.857 (1991) para 34.507 (2000). Seguindo também esse crescimento da periferia de Fortaleza, o bairro do Siqueira, por sua vez, saltou de 4.540 (1991) para 23.728 (2000). Só o bairro Granja Portugal apresentou tendência de redução, no mesmo período.

Há uma percepção de forma empírica que esse cenário que estava sendo construído, já reunia elementos que habilitavam esses bairros a uma propensão de ser um espaço urbano-periférico que resultaria em problemas de ordem e desordem social, além de serem elementos caracterizadores de ambientes da violência urbana.

ADORNO (2002), APUD, RISTUM (2001), faz uma longa exposição sobre o recrudescimento da violência no Brasil e comenta que a sociedade sofreu mudanças profundas nas últimas duas décadas em função de novas tendências de crescimento econômico e desenvolvimento social, mas que, apesar disso, os padrões de concentração de riqueza e de desigualdade social se mantiveram os mesmos. Além disso, a desigualdade de direitos e de acesso à justiça agravou-se na medida em que a sociedade se tornou mais complexa; os conflitos sociais se acentuaram e as taxas de violência, nas suas várias modalidades, aumentaram. Dentre essas modalidades, o autor destaca o narcotráfico que, ao promover a desorganização das formas de socialização nas classes populares, estimular o medo nas classes médias e altas e enfraquecer a capacidade do poder público para manter a ordem, assume um importante papel na construção da insegurança coletiva. Coloca, também, a impunidade penal como uma clara consequência da crise no sistema de justiça criminal e se refere a estudos que sugerem maior impunidade no Brasil que em outros países como França, Inglaterra e Estados Unidos. A impunidade promove a descrença nas instituições da justiça, levando a população a buscar soluções não legalizadas, o que acaba por acentuar a crise da justiça criminal.

A exemplo dos cinco bairros que formam o GBJ, os demais bairros foram formados pela migração de pessoas que para ali se destinaram a partir de inúmeros fatores dentre os quais podemos destacar: invasão de terrenos sem propriedade definida, a fuga da seca motivada pela estiagem do interior do Ceará, o sonho de morar em grandes centros urbanos, baixo custo do metro quadrado, especulação imobiliária em outras regiões de nossa capital. Estando presentes também fatores objetivos e

subjetivos que sempre foram sugeridos por moradores antigos do bairro citado, onde acompanhei parte das razões apontadas, obtidas através de relatos que guardo em minha memória, pelo fato de ter morado parte de minha infância no GBJ.

Com o aumento populacional verificado nos respectivos bairros do GBJ, tendo em face os motivos já apontados, e em especial, a migração resultantes dos efeitos da estiagem, criou-se uma miscigenação heterogênea de condutas, comportamentos e costumes cotidianos, eivados de vícios, mazelas e caracteres locais, de diversas naturezas que tiveram obrigatoriamente que se adequar mutuamente aos novos padrões de convivência.

Para ZALUAR (2002) nos últimos anos, nas grandes e médias cidades brasileiras, verifica-se a presença cada vez mais expressiva de pessoas que se utilizam dos espaços públicos e dos centros de assistência social para sobreviverem.

Há um entendimento de que a problemática social enfrentada nos cinco bairros da região do GBJ não é um caso isolado, e nem tão pouco um fato social resultante apenas das mudanças do mundo contemporâneo. Acredita-se, porém, que existe um ingrediente que diferencia esse local dos demais e que é nosso objeto de estudo que são os crimes de homicídio, o aumento da população, e a pobreza, acompanhada da precária infraestrutura social, traduzidas em serviços de atendimento ao público, procurando uma compreensão melhor desses fatores, sem colocar de forma direta a relação da pobreza com a criminalidade.

1.2 O Grande Bom Jardim “TERRITÓRIO DA PAZ”

A divisão administrativa implementada em Fortaleza na gestão do prefeito Juraci Magalhães no ano de 1997, que dividiu o município em seis secretarias, as quais inicialmente receberam o nome de subprefeituras, objetivando descentralizar a gestão pública e aproximá-la das comunidades carentes e mais distantes para um melhor atendimento. Esse redimensionamento da administração foi instalada na capital cearense visando um melhor apoio social a população e com isso minimizar as demandas dos moradores da periferia. De acordo com essa divisão, a região do

Grande Bom Jardim, formada por cinco bairros que ficou sob a gestão da Secretaria Regional V (SER V) que tem responsabilidade territorial por 18 bairros, possuindo 21,1% da população da capital cearense. De acordo com o Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza (Perfil da SER V), essa Regional é a mais populosa da capital, mas também a mais pobre, e, de acordo ainda com aquele mapa, a renda média dos habitantes do Grande Bom Jardim é de 3,07 salários mínimos, demonstrando o baixo poder aquisitivo daqueles moradores.

Ressalta-se ainda que a periferia de Fortaleza é a responsável pela incidência maior da prática de crime por homicídio, segundo dados apresentados no Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza (Perfil da SER V), e em particular a que compreende a região do Grande Bom Jardim.

Nesse sentido, a região do Grande Bom Jardim tem sido conceituada negativamente como um local muito violento, segundo relatos da imprensa especializada e de uma boa quantidade de programas policiais, como um lugar marcado por práticas criminosas, principalmente, por aquelas contra a vida, os homicídios, que aparecem de forma crescente nas estatísticas policiais e que transformam esse conglomerado de bairros num local sem lei, sem controle e os que lá residem são pessoas de má conduta, deixando uma fama negativa para as pessoas que ali residem ou que exercem alguma atividade profissional. Pesquisa Cartografia da Criminalidade e da violência na cidade de Fortaleza (2010).

Diante desse quadro, procurando uma forma de amenizar a situação do aumento da criminalidade resultante da violência urbana e em especial a incidência da prática de homicídios que era recorrente nessa região do GBJ, área periférica de Fortaleza, que estava depondo contra a imagem da capital, frente ao turismo crescente do Estado, é que o governo cearense procurou auxílio no governo federal para que de forma compartilhada buscassem soluções mitigadoras dessa problemática.

Assim, para conter o aumento dos crimes contra a vida, os homicídios, que estava instalado no Grande Bom Jardim, acompanhada à falta de infraestrutura, precário atendimento na saúde, ausência de habitação digna, deficiência de saneamento básico e a falha em outras políticas públicas de atendimento basilar, é que

no ano de 2009, o Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASC, implantou no Grande Bom Jardim, um programa de governo denominado de O Território da Paz, no ano de 2009. A razão para ter sido contemplado com esse programa deveu-se aos altos índices de violência, carência de políticas públicas e projetos sociais de inclusão, bem como ser detentor de acentuada pobreza que estão presentes nos cinco bairros: Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Siqueira e Canindezinho que compõem o GBJ.

O programa Território da Paz, implantado nessa região de alto índice de criminalidade, e com destaque o crime de homicídio, tinha inicialmente como objetivo, o de criar mecanismos de inclusão social programar ações de políticas de segurança pública, através do aparelhamento dos organismos policiais e a inserção de projetos sociais para jovens voltados a minimizar a situação de ociosidade que pairava entre a juventude, fato que os tornaria vítima em potencial para ser cooptado pelo crime.

O Jornal TRIBUNA DO CEARÁ (2009), publicou reportagem abordando o lançamento do Programa Território da Paz no Ceará, o noticiosa apresenta a composição do projeto e quais os equipamentos de segurança que foram entregues a sociedade. No primeiro momento serão beneficiadas as comunidades que compõem o Grande Bom Jardim.

Dessa forma, foram assinados convênios no valor de R\$ 8,3 milhões, que serão investidos na aquisição de 15 viaturas, 30 motos, além de equipamentos como armamentos, computadores, entre outros, para reforçar a segurança na área do Bom Jardim.

Continua a matéria do Jornal TRIBUNA DO CEARÁ (2009), informando que o Território da Paz é um projeto que faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), e é desenvolvido em regiões indicadas pelo próprio Programa, com base em índices de violência. No Território de Paz constam as seguintes ações: implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal – GGIM, responsável pela mobilização comunitária e policial; dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública, que terão espaços de discussão nos bairros sobre as questões

referentes à segurança pública; do Canal Comunidade, instituição de mecanismos para garantir o acesso das comunidades aos órgãos de defesa do consumidor; do Geração Consciente, que visa atingir jovens em situação de risco com o repasse de informações sobre direitos do cidadão; e da Lei Maria da Penha/Proteção à Mulher, com a construção de Centros de Educação e Reabilitação para Agressores.

Acrescenta ainda, que também serão implementados juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, delegacias e núcleos especializados nas defensorias públicas; a capacitação de magistrados, promotores e defensores públicos em direitos humanos. Neles também consta a instalação de Núcleos de Justiça Comunitária, onde lideranças das comunidades serão capacitadas por intermédio de oficinas para mediar conflitos e promover a coesão social.

Por conseguinte, partindo de uma ótica que nos faça melhor entender os pressupostos do termo paz, em sua melhor forma de definição, se contrapondo a ideia de guerra, seu antônimo, recorreremos aos estudos de SILVA JORGE (2002), que nos diz que a palavra paz, usualmente, significa a ausência de guerra. Reforça o autor, citando Johan GALTUNG (1995) que tenta definir melhor a palavra paz ao apontar os conceitos de paz negativa e de uma paz positiva. A paz negativa é a mera ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para ela ou a violência estrutural da sociedade. A paz positiva vem a ser a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social. Continua o autor, asseverando que a verdadeira paz é consequência de ações contra a violência e a guerra, através da proteção dos direitos humanos, o combate às injustiças socioeconômicas, do desarmamento e da desmilitarização. Ressalta GALTUNG (1995), ainda sobre conceito de paz, indicando a evolução da polarização existente entre a guerra e a paz, para no mínimo, três estágios distintos: a guerra, a paz negativa e a paz positiva, afirmando que a violência é estrutural e deriva dos conflitos resultantes das disparidades e tensões socioeconômicas.

1.3 Território da violência

Definir ou conceituar um local como violento ou perigoso, nos remete a buscar mecanismos de entendimento do que é violência, bem como as praticas de crimes mais recorrente nesse lugar para que assim ele seja definido como tal. No entanto, não devemos nos olvidar em procurar compreender quais os fatores objetivos e subjetivos que estão contribuindo de forma direta ou indireta para as ocorrências de condutas sociais ou antissociais que estão colaborando para essa violência.

É de se compreender, que por conta das noticias veiculadas pelos programas policiais e pela mídia especializada que a região do Grande Bom jardim tem a fama de ser o local mais perigoso da periferia de Fortaleza, PAIVA (2007) como resultado da grande incidência da pratica de crime de assalto, tráfico de droga, notadamente o crime de homicídio cometido por diversos motivos.

Consequentemente, essas práticas criminosas recorrente no território do GBJ, o faz ser percebido como um lugar violento, o território da violência. Violência de todos os matizes que fazem de seus moradores pessoas discriminadas pelo local e vitimas de ausência de políticas publicas de inclusão social.

Na busca de compreensão dessa violência, elencamos alguns fatores que pudesse nortear o entendimento do cenário para a prática de crimes que se instalou no Grande Bom Jardim, Território da Paz, tendo como foco o aumento populacional resultante das transferências de famílias, quase que em sua totalidade, pobres e carentes para os conjuntos habitacionais situados o GBJ, como por exemplo, Tatumundê, Leonel Brizola, Juraci Magalhães, Residencial Eliazar de Carvalho, Residencial Raquel de Queiroz e Residencial Miguel Arraes, entre o período de 2010 a 2012.

Abordando questionamentos que envolvem situações de precariedades, enfrentadas pelos moradores do GBJ, possivelmente originadas ainda mais pela migração de pessoas de outros bairros que estão constituindo residência naquela região, fato que está provocando o aumento da população dos bairros que constituem o Grande Bom Jardim, buscando compreender quais os impactos sociais desse acréscimo populacional e o relacionamento exercitado entre eles. Procurar entender

também, até que ponto, os projetos de habitação implantados no Grande Bom Jardim, para recepcionar famílias remanejadas de outros bairros, cuja estrutura de edificação verticalizada, com três andares, poderá favorecer a dissimulação da prática de delitos, está contribuindo para incidência criminal nessa região. Questionar também, se a reunião desses fatores, aumento da população, precariedade de serviço público e projeto de habitação verticalizada, podem ser vetores para a disputa de território pelo tráfico de droga nessa região, tendo como consequência a prática de homicídios, beneficiados pela posição estratégica proporcionada pelo tipo de moradia vertical que está sendo patrocinada pelo poder público. De igual forma, procurar perceber quais as medidas adotadas pelo poder estatal para a contenção do crescimento descontrolado da criminalidade nos bairros que compõem o Grande Bom Jardim.

Procurando compreender ainda, as motivações existentes para as práticas de crimes contra a vida, notadamente os crimes de homicídios que atualmente preocupa a população cearense e em particular a de nossa capital, foi apresentada uma pesquisa através do mapa da violência no Brasil (2012), que mostra os novos padrões de violência homicidas no Brasil, realizado pelo Instituto Sangari, o qual indicou o Estado do Ceará ocupando a 14ª posição por homicídio, fato que de certa forma explica a preocupação da sociedade cearense.

Conforme descreve o Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza Perfil da SER V (2011), o GBJ é um conglomerado de bairros que apresenta problemas sociais de toda espécie, desde a falta de infraestrutura e de equipamentos sociais, ausência de moradia, aumento da população, a pobreza e a situação de extrema pobreza, a violência em suas diversas faces e uma multiplicidade de crimes, onde dos quais, o crime contra a vida, cujo homicídio é o maior destaque que dentre eles ali praticado.

Segundo os estudos realizados pela Secretaria Regional V (2011), destacando o Perfil da Violência em Fortaleza no período de 2007 a 2009, os homicídios no Território da Paz foram registrados na seguinte ordem, em 2007 foram 93, no ano de 2008 foram 93 e no ano de 2009 foram 127 homicídios, perfazendo um total de 313 homicídios.

Já no período compreendido entre os anos de 2010 a 2012, os homicídios na Região de Grande Bom Jardim, segundo dados da 4ªCia/6ºBPM, responsável pelo policiamento dessa área, foram num total de 442 homicídios praticados no Território da paz, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Taxa de homicídios na área do Território de Paz no ano de 2010

IRRO	N	V	R	R	I	N	L	O	F	T	V	Z	TAL
Bom Jardim	4	7	8	10	7	5	6	3	3	6	5	5	68
Gj. Portugal	3	2	1	3	1	1	5	3	3	3	5	2	32
Gj. Lisboa	1	2	-	2	-	2	1	2	1	5	2	1	19
Siqueira	2	-	1	1	-	1	3	-	3	1	1	1	14
Canidezinho	-	1	3	-	4	2	2	-	2	-	-	-	14
Jd. Fluminense	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2	1	1	6
Plant. Vitória	-	3	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	5
Jd. Jatobá	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3
Jerusalém	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	3
São Vicente	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
TOTAL	12	16	15	18	13	11	16	8	12	17	17	11	166

Fonte: RELATÓRIO DE HOMICÍDIOS DA 4ª Cia/ 6º BPM – PM/CE, 2012.

Tabela 2 – Taxa de homicídios na área do Território de Paz no ano de 2011

IRRO	N	V	R	R	I	N	L	O	F	T	V	Z	TAL
Bom Jardim	6	3	5	2	2	4	1	3	5	3	3	4	41
Gj. Portugal	2	2	4	5	3	2	1	1	-	3	2	2	27
Gj. Lisboa	1	2	2	-	-	3	2	4	3	-	-	2	19
Siqueira	-	2	1	1	-	-	1	1	-	-	1	-	7
Jd. Jatobá	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	3	0	7
Canidezinho	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	1	1	6
Jerusalém	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	2	5
São Vicente	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	1	1	5
Jd. Fluminense	-	-	1	2	-	-	-	-	1	-	-	-	4
PI. Vitória	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	4
TOTAL	11	12	18	8	7	9	6	11	9	7	14	13	125

Fonte:RELATÓRIO DE HOMICÍDIOS DA 4ª Cia/ 6º BPM – PM/CE, 2012.

Tabela 3 – Taxa de homicídios na área do Território de Paz no ano de 2012

IRRO	N	V	R	R	I	N	L	O	F	T	V	Z	TAL
Bom Jardim	1	6	2	2	8	1	4	1	3	5	4	9	46
Gj. Portugal	1	3	-	4	-	2	3	4	2	3	3	2	27
Gj. Lisboa	2	1	3	3	1	2	5	-	2	2	3	2	26
Jd. Jatobá	2	1	-	-	3	1	4	1	2	-	3	-	17
Canidezinho	1	2	1	-	1	-	2	3	1	1	2	-	14
Siqueira	-	-	1	-	1	1	-	1	2	1	1	-	8
Jerusalém	1	-	0	1	-	-	-	-	-	1	1	-	4
São Vicente	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	4
Jd. Fluminense	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	2
PI. Vitória	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2
TOTAL	10	13	7	10	15	7	19	11	13	13	17	15	150

Fonte: RELATÓRIO DE HOMICÍDIOS DA 4ª Cia/ 6º BPM – PM/CE, 2012.

Nesse contexto, essa reunião de bairros apresenta as características relacionadas a prática da violência e da criminalidade decorrentes de problemas sociais similares, retratados nos estudos e nas pesquisas realizadas por BARBOSA (2012), BEZERRA (2011), SILVÉRIO (2011), PAIVA (2007), cujos problemas indicados no Grande Bom Jardim são fatores que contribuem para o aumento da criminalidade e da violência em suas diversas faces e que convergem para colocar essa região como uma das mais violentas da capital, além da estigmatização pelos que residem dentro daqueles bairros, os de dentro, e os que residem fora do bairro, os de fora, como o bairro do “vixe” ainda de ser penalizada moralmente, pela inserção de opiniões negativas da imprensa especializada sobre os bairros: Bom Jardim, Granja Portugal, Granja Lisboa, Canindezinho e Siqueira.

Colaborando com essas afirmações, buscamos subsídios nos estudos de RISTUM (2001), onde indica alguns fatores que contribuem para o surgimento da violência encontrada nas periferias dos grandes centros urbanos. Segundo a autora são as seguintes as causas da violência: “As causas contextuais distais mais frequentemente citadas são as produzidas pela conjuntura econômica, social, política e cultural, a exemplo de pobreza, miséria, fome, desemprego, discriminação e marginalização social, violação de direitos humanos, má distribuição de rendas, exclusão social, hegemonia de valores individualistas, impunidade de criminosos, contraventores e corruptos, cultura da violência, narcotráfico, autoritarismo, abandono de crianças. Sua presença é marcante no sentido de que moldam todo um modo de ser e de funcionar de uma sociedade”.

Causas contextuais proximais seriam eventos relacionados à violência que estão presentes no ambiente e com os quais os indivíduos que praticam a violência têm contato direto. Modelos de violência em casa, na rua e nos meios de comunicação, desorganização ou desestruturação familiar, uso predominante de punição para promover a disciplina em diversas instituições sociais (família, escola, religião, FEBEM etc.) são exemplos encontrados em vários trabalhos sobre violência.

As causas pessoais, próprias dos indivíduos que praticam a violência, podem ser exemplificadas por consumo de drogas e álcool, desequilíbrio emocional, questões

passionais, estresse, temperamento, natureza ou índole da pessoa, autoestima muito alta ou baixa.

Segundo o Relatório da Pesquisa Cartografia da Criminalidade e da Violência na Cidade de Fortaleza, Perfil SER V (2010), que reforça ainda essas percepções, indicando a existência de outros tipos de violência protagonizada agora, pelos órgãos públicos, que também estão vitimando os moradores do grande bom jardim, descrevendo que a violência, quando percebida pelos indivíduos em sociedade, costuma ocorrer em várias situações:

- 1) Quando o poder é imposto incondicionalmente;
- 2) Quando os conflitos não são explícitos ou administrados;
- 3) Quando não há reconhecimento dos direitos individuais ou sociais.

Segundo PAIVA (2007 pag. 71), o GBJ vulgo, BONJA ou ainda “GOOD GARDEN”, é um bairro estigmatizado pelo senso comum, como o bairro do “vixe”, pois causa surpresa e espanto quando seus moradores declaram onde residem e embora a população do Grande Bom Jardim não seja homogênea, as imagens produzidas pelos “de fora”, pessoas que residem em outros bairros sobre o lugar e seus habitantes parecem ser realmente essas.

Para reforçar essas informações, constatou-se também, através de uma pesquisa realizada pelo Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal – uma Organização Não governamental (ONG) sediada no México e publicada pelo Jornal O POVO (2013), onde mostra que a cidade de Fortaleza está na 14ª posição de capital mais violenta do mundo, como também, figura na 4ª pior situação de criminalidade do Brasil. Acrescentando ainda que a capital alencarina é a terceira mais violenta do Nordeste.

Para FOUCAULT, apud GAUER, GABRIEL J. CHITTÓ, Org.(2005), a violência funciona como um “observatório político”, do qual se servem policiais, estatísticos, psiquiatras, psicólogos, sociólogos e outros especialistas. Esse aspecto possibilita perceber que a violência tem servido historicamente como laboratório para o conhecimento moderno.

De acordo com o Mapa da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza (Perfil da SER V, pag. 8), a violência pode ser definida como todo ato de coação envolvendo um ou vários atores que produz efeitos sobre a integridade física ou moral de pessoas. Em um primeiro momento, é possível distinguirmos duas expressões de violência. A que se revela por meio da coação física implicando, no limite, em eliminação física (homicídio); e violência simbólica, que se manifesta em diferentes formas de discriminação que nem sempre é percebida como tal. Trata-se de ações e classificações morais associadas a preconceitos de etnia, gênero, orientação sexual e religião, entre outros, podendo também transformar-se em violência física. Desta forma, podemos conceituar, de forma distinta, o que é crime e o que é violência. Uma conduta só subsiste como crime, na nossa sociedade, quando tipificado na legislação que constitui o ordenamento jurídico de nosso País. Válido para uma determinada época e uma determinada sociedade. Já o conceito de violência, aqui explicado, está relacionado a um aspecto das ações humanas, sejam elas puníveis ou não, que pode causar danos físicos, morais ou psicológicos ao próprio agente e/ou a outras pessoas, relata ainda o Mapa da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza (Perfil da SER V, pag. 8). Nem todos os atos socialmente reprovados são crimes; nem toda violência é criminosa; e nem todo crime é violento.

Nesse mesmo entendimento, RISTUM (2001), nos relata que com frequência, as medidas de segurança pública são implementadas com base na identificação das ações rotuladas como violentas. Não que isso seja menos importante, mas, se essas ações não estiverem relacionadas ao contexto social, histórico e cultural em que são promovidas, corre-se o risco de que os esforços destinados produzam resultados decepcionantes, fator que acaba por gerar uma descrença na viabilidade de reversão do quadro de violência que ora se apresenta. Continua a autora, acrescentando que em um artigo sobre iniciativas públicas de redução da violência escolar, GONÇALVES et al. (2002) assinalam que tais medidas oscilam entre educativas e relacionadas à área de segurança, mas, em todos os casos relatados, as ações empreendidas foram pensadas em torno das modalidades consideradas mais frequentes e/ou mais importantes de violência, sem se deter em uma reflexão sobre os contextos em que ocorrem. Assumindo-se que a violência, como parte das ações

humanas, é um fenômeno socialmente construído, qualquer estratégia que pretenda combatê-la deve trilhar o caminho da construção de uma nova história, alicerçada em uma visão contextualizada da violência.

2 A URBANIZAÇÃO E MIGRAÇÃO EM FORTALEZA

De acordo com o Perfil Socioeconômico de Fortaleza, IPECE (2012), o tamanho da população de uma determinada região está vinculado principalmente a três fatores: a taxa de migração, a taxa de fecundidade e o índice de mortalidade. Assim, entender as implicações desse crescimento para o planejamento estratégico das regiões merece atenção, já que interfere na magnitude da demanda por serviços nessas cidades.

Segundo esses estudos, percebe-se que na última década, compreendida ente 2000 a 2010, ocorreu um aumento significativo de pessoas que residem em Fortaleza, em torno de 300 mil. Ressalta a pesquisa, expondo que para se ter uma ideia da grandeza desse número, pode-se dizer que a cada dois anos foi incorporada a essa capital uma população quase do tamanho do município de Aracati (69.159 mil habitante em 2010), por exemplo. É evidente que um aumento populacional dessa magnitude tem impacto importante nos principais setores da infraestrutura urbana da cidade, como saneamento básico, manejo de resíduos sólidos urbanos, na energia, na habitação, no transporte, nos hospitais, nas escolas, na segurança, etc. para citar os principais. Fortaleza apresentou a terceira maior taxa de crescimento, ficando atrás do Distrito Federal e Manaus. Com esse avanço, em 2010, a capital do Ceará continuou com a 5ª maior população residente do país.

Diante desse quadro de aumento populacional registrado em Fortaleza, seguramente a região da periferia é o local onde essas pessoas são acomodadas com moradias e segundo o Mapa da Criminalidade e da violência em Fortaleza, Perfil SER V (2011), a Secretaria Regional V, foi onde se registrou um aumento significativo da

população, sendo ainda, de acordo com esses estudos a Regional mais populosa de Fortaleza.

Para ZAMBERLAM (2004), migração é o movimento de pessoas ou grupos de um lugar para outro.

O processo de migração em Fortaleza abrange todas as áreas que permeiam esse movimento de pessoas e passa a designar deslocamentos e formas de inserção no mercado de trabalho das pessoas que estão motivadas a buscar uma melhor qualidade de vida. A moderna migração deixou de ser praticada em uma área isolada apenas e se tornou parte dos negócios e está inserida nas relações exteriores.

A migração em Fortaleza, ocorrida no período entre 2000 e 2010, de acordo com IPECE (2012), se constituiu numa forma encontrada por muitas pessoas que fogem da estiagem e da seca, como um fator de sobrevivência. Famílias inteiras e jovens sem expectativa de realização profissional aventuram-se para a Capital cearense na intenção de conseguir emprego, instalando-se na periferia.

2.1 Urbanização e Migração: Conceitos válidos na compreensão da violência?

O processo de desenvolvimento de um lugar esta intimamente ligado à mecanismos de urbanização, infraestrutura e outros elementos que assim, fazem ser entendido um local como prospero. Nesse sentido, entende-se por urbanização quando o crescimento das cidades é maior que o crescimento do campo. O seu principal vetor é a industrialização.

Urbanização é o crescimento das cidades, tanto em população quanto em extensão territorial. É o processo em que o espaço rural transforma-se em espaço urbano, com a conseqüente migração populacional do tipo campo-cidade que, quando ocorre de forma intensa e acelerada, é chamada de êxodo rural.

De acordo com Silvério (2011), o intenso processo de urbanização no Brasil, nos últimos 50 anos, refletiu na migração de mais de cem milhões de cidadãos para as cidades sem a devida infraestrutura. Aliada à desigualdade e precariedade dos serviços e políticas destinadas à população, se constitui um imaginário social acerca das

atividades criminosas estarem associadas à periferia e seus habitantes. Diante disso, o Estado interviu de maneira criminalizadora, com ações policiais repressivas e punitivas.

O desenvolvimento de um local só é alcançado com investimentos financeiros e com a participação de pessoas. Nesse sentido o aumento populacional resultante das migrações tem sido um dos fatores que marcou a história do Brasil, do Estado do Ceará e da cidade de Fortaleza.

Nesse contexto, o termo migração corresponde à mobilidade espacial da população. Migrar é trocar de país, de Estado, Região ou até de domicílio. Esse processo ocorre desde o início da história da humanidade.

O ato de migrar faz do indivíduo um emigrante ou imigrante. Emigrante é a pessoa que deixa (sai) um lugar de origem com destino a outro lugar. O imigrante é o indivíduo que chega (entra) em um determinado lugar para nele viver.

Os fluxos migratórios podem ser desencadeados por diversos fatores. Dentre os principais fatores que impulsionam as migrações podem ser citados os econômicos, políticos e culturais.

No Brasil, o fator que exerce maior influência nos fluxos migratórios é o de ordem econômica, pois o modelo econômico vigente força indivíduos a se deslocarem de um lugar para outro em busca de melhores condições de vida e à procura de trabalho para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

Uma modalidade de migração comum no Brasil, principalmente, na década de 1950, é o êxodo rural, que consiste no deslocamento da população rural com destino para as cidades. O êxodo rural ocorre, principalmente, em razão do processo de industrialização no campo, que proporciona a intensa mecanização das atividades agrícolas, expulsando do campo os pequenos produtores. Além do poder de atração que as cidades industrializadas proporcionam para a população rural, que migra para essas cidades em busca de trabalho.

Durante décadas, os principais fluxos migratórios no território brasileiro se direcionavam para a Região Sudeste, isso ocorria devido ao intenso processo de

industrialização desenvolvido naquela Região. No entanto, as migrações para o Sudeste diminuíram e, atualmente, a Região Centro-Oeste tem exercido grande atração para os fluxos migratórios no Brasil, se tornando o principal destino.

De acordo com ZAMBERLAM (2004), que nos esclarece que na concepção tradicional, migração é um movimento de pessoas, grupos ou povos de um lugar para outro com a finalidade de estabelecer-se ou de trabalhar naquele local. Por migrante entende-se toda a pessoa que migra ou não, transferindo-se de sua residência comum para outro lugar, região ou país, ou perdendo posição social no seu espaço comum, sendo excluída e tendo restrita a sua perspectiva de reinserção no processo social produtivo. No fenômeno da migração há o emigrante (pessoa que deixa a sua pátria ou a região para residir em outro país ou região); o imigrante (pessoa que ingressa em outra região, cidade ou país diferente, para aí viver).

O processo de crescimento e desenvolvimento urbanístico pelos quais estão passando atualmente as cidades brasileiras e principalmente aquelas metrópoles detentoras de uma economia crescente e possuidora de variados tipos de turismo que contribuem para o crescimento nacional tem despertado interesses comerciais de instalação de pessoas e de empresas que intencionam uma mudança para esses municípios, onde neste contexto Fortaleza está inserida. Esse desenvolvimento é um fato que tem exigido um maior empenho dos gestores visando a melhoria do serviço de infraestrutura e urbanização local, objetivando o melhor acolhimento e atendimento aos visitantes e futuros moradores.

Aquelas pessoas que irão instalar residência na capital cearense, advindas de outras cidades, recebem o nome de migrantes, que serão atraídas por vários motivos, como também irão ocupar diversos bairros, dependendo aí a condição social financeiro de cada, de áreas nobres ou da periferia.

A migração interna é fruto da exclusão, da estrutura fundiária e das riquezas concentradas, além da imposição de políticas estatais feitas a partir de 1930, com vistas à universalização do modo de produção capitalista na economia brasileira. Na agricultura, o 1º ciclo econômico do século XX, o da borracha, empurrou, a partir de 1930, milhares de nordestinos (mais de 500 mil) para a Amazônia. O ciclo do trigo e da

soja, no sul do país, com seu pacote tecnológico de modernização, deslocou meeiros, parceiros e pequenos proprietários, trabalhadores braçais, em busca de nova fronteira agrícola em direção ao norte e centro oeste, e para as grandes cidades (êxodo rural), abdicando definitivamente de uma Reforma Agrária. No Nordeste, a seca continuou gerando migrações (retirantes), especialmente em direção aos centros urbanos industrializados do Sudeste.

Segundo estudos do IBGE, o Censo demográfico do ano de 2010, contabilizou 190.732.694 habitante no Brasil. Um aumento de 20.933.524 pessoas em comparação com o Censo 2000, ou seja, um crescimento de 12,3%. Outra informação que o Censo 2010 nos fornece é o fato de a população estar mais urbanizada que há 10 anos, saltando de 81,25% em 2000 para 84,35% em 2010 os brasileiros que vivem em áreas urbanas, o que nos dá um total de 160.879.708 de pessoas, gerando um crescente número de favelas sem infraestrutura mínima.

2.1.1 Da violência ao Desenvolvimento

De acordo com o FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2007) a violência está enraizada na história política e social do Brasil e tivemos o uso da força e mortes em rebeliões populares nos regimes de exceção, durante a República da Espada, no governo Vargas ou na ditadura militar. Tivemos ainda rebeliões ao longo de toda a história, da Inconfidência Mineira à Conjuração Baiana, depois a Revolução Pernambucana e uma série de movimentos como a Balaiada (no interior do Maranhão), a Sabinada, Farrapos (no sul), depois Canudos, o Contestado, os levantes marinheiros. A imagem do Brasil como país pacífico é idílica, como vemos anteriormente somos um país de conflitos sociais, historicamente narrados em farta literatura sobre o tema.

Durante a luta pela redemocratização do Brasil, uma parte da esquerda brasileira acreditava que o problema da violência, sobretudo a urbana, tinha como causa a pobreza. E neste período a sociedade crescera, mas a riqueza não foi distribuída e provocou uma imensa produção de pobres, agravada pela migração rural-urbana e pelas más condições de vida das metrópoles.

Segundo um estudo feito no Rio de Janeiro por Alba Zaluar (2007), apenas 1% da população de baixa renda está envolvida com o mundo do crime. Os 99% restantes é de pessoas honestas, trabalhadoras e preocupadas com os filhos. À hipótese da pobreza pode ser uma tese geral, mas não explica a configuração da violência contemporânea, apenas explica que a concentração da riqueza torna certos segmentos da população menos vulneráveis à violência fatal.

A violência por sua vez não se reduz as guerras, movimentos, rebeliões, à criminalidade cotidiana, aos assaltos, roubos, sequestros e homicídios o que aparecem no debate público, mas existem, por exemplo, a violência doméstica, os conflitos de gangues, o tráfico de drogas. A violência é muito mais do que crime, como fenômeno, ela é mais complexa e envolve atos que não estão necessariamente codificados como tal.

É difícil dizer que pobreza traz mais violência. Aliás, para entender a questão do crime no Brasil, temos que seguir a rota da riqueza, não a da pobreza. E que o limite entre legalidade e ilegalidade não é muito claro, por que muitas vezes circulamos em ambientes sem saber se são legais ou ilegais.

Nesse sentido, Alba Zaluar (2007) percebe que atualmente a violência tem diferentes formas de manifestação e expressão, relatando que hoje a violência tem que ser entendida como uma forma de linguagem, ela quer dizer alguma coisa.

A violência deve ser compreendida pelos diversos mecanismos que a sociedade dispõe para seu entendimento e controle, dentre os quais, agentes de segurança pública, sociólogos, cientistas políticos e antropólogos.

Antes havia violência quando os povos se organizavam para exigir os seus direitos. Hoje os movimentos sociais podem recorrer a outros mecanismos, como negociação e diálogo. Existem canais de mediação nas esferas do poder municipal, estadual e federal. Então o que sobrou foi a violência do crime, que é cada vez mais ilegítima, porque só agride e limita a liberdade.

Já a maioria dos atores dentro da polícia, do Ministério Público e dos Tribunais de Justiça, é de pessoas comprometidas com o dever que confiam no

trabalho serio e enfrentar a violência não é simplesmente caçar bandidos e coloca-los na cadeia, embora fazer com que as pessoas respondam pelo crime que praticaram seja o previsto por lei. Mas enfrentar a violência implica pensar em segurança, em espaços arejados, vigilância, iluminação, transporte público, uma globalidade que vai além de perseguir e prender. Há sem dúvida uma nova configuração da desigualdade, porque o acesso aos direitos ainda não é exatamente igual. Mais pessoas são escolarizadas, mas isso não quer dizer que a educação é de qualidade; mais pessoas têm carteira de trabalho, mas provavelmente os contratos são mais precários; a cobertura da saúde aumentou, mas certamente esses serviços não dão conta do problema.

Há um sentimento forte de que a lei não é igual para todos, que se punem os ricos de maneira diferente. Não é um sentimento gratuito, é uma frustração. Mas as pessoas precisam ver que há conquistas no campo social. A escolaridade e o padrão de vida estão melhorando. Ao fazer um balanço, vemos que o sonho da esquerda de tornar iguais todos os cidadãos está mais ou menos cumprido ou não?

É preciso cuidado para não generalizar experiências, mas acredito que há sinais positivos nos últimos oito anos, pois há mais preocupação com a qualidade das estatísticas e o poder público, bem ou mal, tem de conversar com outros atores sociais. Quando observo o que acontece no dia-a-dia em relação a diminuição das desigualdades sociais.

A capacidade de produzir mudanças com rumos definidos no Brasil é complicada. Provavelmente só veremos resultados em outras gerações.

2.2 Urbanização frágil e migração intensa: o Grande Bom Jardim lugar marcado pela desigualdade.

A sociedade brasileira, nos últimos anos, principalmente, no período iniciante do novo milênio, vem acompanhando o desenvolvimento econômico, social e democrático que permeia o mundo globalizado, fato que a conduz para a busca da conquista de novos espaços de moradia para a vivência e de sobrevivência por meio

dos diversos seguimentos da sociedade civil organizada, que avança para consolidação dos direitos e garantias individuais e coletivos que emanam da vontade do povo.

A partir da carta Regia de 1988, de onde são extraídos os Estatutos legais que estabelecem os elos de garantias de direitos amparadas pelas políticas públicas para o estabelecimento da equidade entre pessoas, independente de sua condição social, a sociedade vislumbrou uma melhor qualidade de vida, com segurança, saúde, educação, moradia, dentre outros de natureza básica.

Como resultado dessa democratização social, o GBJ, somente no ano de 2000 é que passou a receber melhorias e transformações de infraestrutura urbana, que não é o mesmo que infraestrutura social. Esta é o conjunto de equipamentos de saúde, educação, segurança, transporte, emprego e habitação. Aquela é de esgoto, pavimentação, iluminação, água, etc. Estas transformações foram decorrentes da migração espontânea de famílias de baixa renda, que não podiam pagar aluguel em melhores locais da cidade ou mesmo vindas do interior do Estado em busca de qualquer tipo de emprego digno e que chegavam em busca de um lugar para morar. Esse fato contribuiu para que os bairros do Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Siqueira e Canindezinho se transformasse num território que crescia de forma desordenada e que, apesar de estarem sob a gestão pública municipal da SER V, padeciam com a precariedade na prestação de serviços básicos que propiciasse uma mínima condição de vida digna. Acrescenta-se a isso, a incidência na pratica de crimes de em suas várias formas e mais notadamente o crime de homicídios.

Esses fatores de transformação urbana somente foram possíveis em virtude do comprometimento político implantado por uma gestão pública federal democrática e participativa, que protagonizou expectativas sociais, traduzidas nos projetos para as famílias de baixa renda visando a inclusão social, inaugurada no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e adotado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (LULA), através da distribuição de renda e pelo seu carro chefe que era o projeto do “fome zero”, além de outros que facilitavam a compra de material para construção e reforma, foi possível observar uma melhoria no poder aquisitivo da população.

Para MISSE (1995) o apoio social terá função relevante aos bairros, pois envolve muito mais que atenção e medidas paliativas, tratam-se do resgate de vida e da auto-estima de cada um para encarar e ou emergir de uma trajetória complicada de vida que cada um carrega, movidos pela depressão e diversos problemas familiares e econômicos que acabam por enfraquece sua autonomia.

Os problemas econômicos e sociais do Brasil se concentram e repercutem em grande medida nos bairros periféricos das metrópoles que também sofrem com a exclusão. Na realidade, a problemática da rua é ligada como forma de organização social, que no Brasil está marcada pela concentração de renda, desigualdades sociais, condições de vida urbana, com moradias, saúde e educação de formas precárias.

“infelizmente, o estágio atual da globalização está produzindo ainda mais desigualdades. E, ao contrário do que se esperava, crescem o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança do cotidiano, num mundo que se fragmenta e onde se ampliam as fraturas sociais.” Milton Santos (1995)

Apesar da carência de infraestrutura social, que em nosso entendimento é o conjunto de equipamentos sociais que visam atender as necessidades básicas das comunidades, chamado de políticas públicas, que marcam a periferia da capital cearense, o GBJ não é uma exceção desses casos. Essa região tem sido um grande receptor de famílias remanejadas de outras circunvizinhanças não menos carentes, que residiam em bairros localizados em área de risco de Fortaleza, e que por isso, estão sendo retiradas e sendo instaladas nos bairros que formam do GBJ, numa forma de migração entre bairros, fato social que nos faz perceber, como profissional de segurança pública, que a junção dessas comunidades portadoras de deficiências de infraestruturas sociais, poderá estar sendo um fator de risco para a ocorrência de disputa de território por tráfico de droga, resultando também em pratica de crime de homicídio.

A pesquisadora Maria Lucia Pires Menezes, Apud Zamberlam (2004), considera que novas tendências condicionam os movimentos migratórios no Brasil. Ela os denomina de conjunturas espaciais, fruto das mudanças recentes da política socioeconômica do final do milênio. Mudanças estruturais ocorridas na década de 1990.

Essas mudanças marcaram o destino da economia mundial e a nova hierarquização dos espaços envolvendo globalização, formação de blocos econômicos, fragilização do Estado Nação, novos espaços sub-nacionais, transformação do papel da metrópole, reforço do papel das cidades e uma gradual reconstituição dos espaços comunitários. Com isso começa a aparecer um maior valor agregado aos espaços e territórios onde as migrações ora são ato-reflexo, ora são estratégia. Em razão disso, o modelo dos grandes fluxos e a grandes distâncias começou a ser substituído por “migrações de curta distância”, predominantemente intra-regionais, podendo ser sazonais, em áreas de modernização agrícola ou intermunicipais, em áreas de maior urbanização. Aparece, também, a “migração de retorno” (aposentados, migrantes retornados de fronteira agrícola, de países vizinhos, da migração anterior, migrantes legais ou ilegais de retorno de outros países); a “migração solitária” e a constituição de família unipessoal, como: albergados, migrantes de rua, migrantes de comunidades, migrantes de família quebrada, entre outros.

Segundo o Secretário das Cidades, Camilo Santana, Jornal O Povo (2012), a expectativa é que até meados de 2014, aproximadamente de 12 mil famílias sejam realocadas em conjuntos habitacionais. É dessa forma que essas comunidades se reinstalam e passam a morar em conjuntos residenciais verticalizados construídos pelo poder público.

A relação entre pobreza e violência tem sido trazida, muitas vezes, para a discussão ideológica, na qual a pobreza tem sido responsabilizada por ser protagonista da violência. Se, por um lado, esta acusação tem o mérito de indicar a necessidade de reduzir as desigualdades econômicas, através de uma melhor distribuição de rendas, por outro, reduz a relação a uma linearidade de causa e efeito que não se mantém na prática. As pesquisas têm evidenciado que não basta ser pobre para ser violento (Zaluar et alii., 1994; Emery et al., 1998; Briceño-León, 1999; Minayo, 1997; Pinheiro et al., 1993; Adorno, 2002); entretanto, evidenciam, ainda, que a maioria dos criminosos ou infratores é oriunda das classes populares, mas é também nas classes populares que se encontra a grande maioria das vítimas da violência, tanto da violência estrutural como da violência de delinqüência (Pinheiro et al., 1993; Minayo, 1997; Adorno, 2002).

Nas palavras de Briceño-León (1999), "*a maior parte das vítimas da violência urbana são homens jovens e pobres*" (p. 515). Ristum (2001).

“O problema não está na pobreza, e sim na criminalização dos pobres, considerando que as agências de controle social exercem sua ação especialmente contra a delinqüência cometida por cidadãos pobres”. Adorno (2002), Apud Ristum (2001).

Para BARREIRA (2013), Coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da UFC, esse bairro é vítima da ausência de políticas públicas sociais, além de enfoques de tendência negativa traduzidas nos meios de comunicação escrita, falada e televisada de nosso Estado. Somam-se a esses fatores, o interesse de quem atua na área de segurança pública, por conta do contato direto que esses profissionais têm com os problemas sociais que o bairro apresenta.

Para Sapori (2012), os fatores que contribuem para o aumento da violência e, conseqüentemente, para a elevação da taxa de homicídios, são a consolidação do tráfico e do consumo de droga, e principalmente o tráfico de drogas, os elevados níveis de impunidade e a necessidade de adoção de medidas mais eficientes para combater os dois aspectos anteriores

Por conseguinte, é possível observar um fato, divulgado pelo JORNAL O POVO (2012), que desde o início do ano de 2010, está acontecendo nos bairros localizados na área do Grande Bom Jardim, cujo implemento tem passado de forma despercebida pelas autoridades públicas, por órgãos de defesa dos direitos humanos e de controle social, que é a migração entre bairros que está se desenvolvendo, quer de forma voluntária, quer de forma involuntária de famílias e até mesmo de comunidades inteiras para o GBJ. Essas migrações de outros bairros para a região do GBJ, tornando-o um local receptor de comunidades, tem contribuído consideravelmente para o aumento da população desses bairros, gerando conflitos sociais, culturais e práticas criminosas de toda monta.

A mobilidade urbana, que não é nosso objeto de estudo, porém há a necessidade de entendê-la para esclarecer essa abordagem, segundo conceitua a cartilha Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana, é um atributo das

idades e se refere à facilidade de deslocamentos de pessoas e bens no espaço urbano. Citando como exemplo, a disponibilidade de meios e de infraestrutura adequados para os deslocamentos de pessoas e bens numa área da cidade pode ajudar a desenvolver tal área. Desse modo, uma área que se desenvolve vai necessitar de meios e infraestrutura adequados para os deslocamentos das pessoas e bens daquele local.

Nesse sentido, para colocar em prática essa mobilidade urbana, necessariamente, o poder público tem que realizar a mobilidade Humana, Zamberlan (2004), dentro do conceito tradicional que enfoca a migração como o movimento de pessoas ou grupos de um lugar para outro. No contexto de nossos estudos, observa-se a migração de Fortaleza, através do remanejamento de famílias residentes nos bairros de interesse público ou naqueles onde existem áreas de riscos, para outros bairros, que neste caso, está ocorrendo com o Grande Bom Jardim, que está se configurando como o grande receptor dessa migração entre bairros. É um fato que é realizado em nome do progresso, enquanto observa-se uma segregação residencial, TORRES et al (2005), no qual focaliza esse tipo de segregação como o poder regulador do Estado sobre o território. De acordo com essa análise, O Estado pode manter privilégios e excluir uma parte dos moradores dos benefícios da urbanização por meio da legislação sobre construção civil e uso do solo (ROLNIK, 1997; NERI, 2002). Nesse sentido, o zoneamento urbanístico “congelaria” os benefícios da urbanização em determinadas partes da cidade habitadas pelos grupos mais ricos.

Para PAIVA (2007 pag. 39) apud PONTE (2000), o processo de migração presente na cidade de Fortaleza tem se caracterizado por uma conjuntura de segregação social dos mais pobres, iniciada no final do século XIX, cujo objetivo, a princípio, era segregar e controlar os segmentos mais pobres da população da Cidade, em parte advindos do interior do Estado do Ceará, para que os mesmos não pervertessem a visão idílica da elite fortalezense, fundamentada no padrão europeu de civilização.

Há uma percepção, que envolve essa maneira de transferência de famílias de outros bairros para o GBJ, como uma forma de assepsia social na visão de FOUCAULT (1978).

Na Análise da Extrema Pobreza por Regionais, segundo estudos realizados pelo IPECE, (2012), pode-se observar que as Regionais V e VI, além de serem as mais populosas, apresentaram os maiores percentuais em termos de população total e de pessoas na extrema pobreza. Além do mais, do total de pessoas nessa condição em Fortaleza, mais de 56% concentra-se nessas localidades. Dentre os bairros com maior intensidade de pessoas na extrema pobreza, estão os bairros: Granja Lisboa, Canindezinho Granja Portugal e Siqueira, bairros estes que compõem o Grande Bom Jardim. O estudo continua, descrevendo que a Regional V, em termos de quantidade de pessoas em condição de extrema pobreza, possui o maior contingente dentre as demais, com 38.554 indivíduos nessa situação. Por fim, diz o estudo que apesar dos avanços sociais observados no país nas últimas décadas, a capital cearense possui ainda diversos bairros, especialmente na sua zona periférica, que apresentam grandes conglomerados de miséria, destaque negativo para o Conjunto Palmeiras, Jangurussu, Granja Lisboa, Barra do Ceará, Mondubim, Canindezinho, Vicente Pinzon, Granja Portugal, Genibau e Siqueira, todos com elevado quantitativo de pessoas em extrema pobreza.

2.3 Violência e paz – uma convivência harmônica?

Segundo estudos relacionados à ocorrências de homicídios no Brasil, realizado por pesquisadores da SENASP (2013), a prática de homicídios tem sua maior incidência nas periferias das grandes metrópoles, pois, é um fato social que deve levantar a discussão acerca da violência como uma questão de utilidade pública, haja vista tratar-se de problemática que dissemina o medo, impõe custos socioculturais e política, além de gerar reações pautadas igualmente na violência”.

Nesse sentido, segundo os pesquisadores, Paiva (2007), Bezerra (2011), Silvério (2011), os moradores do Grande Bom Jardim, por suas precárias condições sociais e pela criminalidade de que são ao mesmo tempo vítima e autores, têm sido estigmatizados pelo local onde residem e pelos que moram em outros bairros, esse fato tem produzido um sentimento de exclusão.

Apesar da fama negativa de lugar violento e só morar pessoas perigosas, no Grande Bom Jardim, segundo PAIVA (2007) e BEZERRA (2011), há defesa do local, que descrevem relatos da fala dos moradores, que narram existir nesses bairros, pessoas boas, cidadãos, pais de família, trabalhadores honestos que lutam de forma digna pela vida.

RISTUM (2001) nos traz esclarecimentos nesse sentido, dizendo que, tendo em vista dessa variedade causal, algumas tentativas tem sido feitas no sentido de encontrar uma instância capaz de explicar todos as modalidades e formas de violência. Uma delas seria a cultura da violência que estaria na base de todos os comportamentos violentos, embora as formas de expressão pudessem apresentar muitas diferenças. Comenta Briceño-León que essa hipótese pode parecer atraente, porém não há elementos necessários e suficientes para sustentá-la. Outra hipótese globalizante diz respeito aos traços biológicos dos indivíduos violentos, não uma proposta do tipo lombrosiana³, mas uma proposta no nível

bioquímico, relacionada, por exemplo, aos níveis de serotonina do organismo. Na opinião do autor, mesmo que seja plausível a associação de traços biológicos com a agressividade, este não parece ser o caminho adequado para compreender um fenômeno social do porte da violência, que atinge uma vasta população. O autor considera que, da perspectiva das ciências sociais, existem explicações mais adequadas às mudanças sociais pelas quais as regiões de maiores índices de violência têm passado nos últimos tempos.

Nessa percepção, há um entendimento de que o modelo de formação do Grande Bom Jardim, o tornou propício a uma predisposição de detentor de um cenário de acontecimentos de fatos sociais que reúne sentimentos antagônicos de amor e ódio, paz e guerra, (percebida nesse contexto como violência), num ambiente desprovido de um aparato de infraestrutura social adequado, que proporcione uma mínima condição de vida àqueles moradores. Assim, pode-se perceber, pela prática de crimes, tendo

³ Biótipo com caracteres, supostamente natos dos criminosos. O termo advém de Cesare Lombroso, criminologista Italiano (1835-1909) que iniciou os estudos de antropologia criminal ao publicar em 1874, o livro "L'uomo delinquente" (o homem criminoso)

esse público ora como vítima ora como autor, que no GBJ, prevalece um clima de consensualidade no convívio entre pessoas do bem, com aquelas que se divorciam de praticar bons atos e contribuem para a criminalidade, aliada a um sentimento de conformismo diante dos fatos diários de que são expectadores ou vítimas.

No Grande Bom Jardim esta modalidade não se traduz apenas em estatísticas oficiais. Pode ser encontrado também nas falas de seus moradores: na dor e desconsolo das mães de meninos e meninas: no luto das viúvas do tráfico, em sua maioria mulheres e jovens com filhos pequenos e sem perspectiva de inserção em mercado de trabalho, que afora a dor da perda necessitam ainda sustentar os pequenos órfãos de pai e de proteção do Estado (Barbosa e Brasil, 2005. P.6)

No Território da Paz, a violência urbana é uma disputa travada diariamente e nela a prática de homicídios é uma constante pelo domínio de território do tráfico de droga. As vítimas em sua maioria são pessoas jovens que deixaram companheiras grávidas ou já com filhos menores que por sua vez assumem o tráfico ou encontram outra maneira precária de viver no território da violência.

3 A ADOÇÃO DO PROJETO “TERRITÓRIO DA PAZ” NO GRANDE BOM JARDIM: UMA TENTATIVA EM VÃO DE PACIFICAÇÃO?

A ocorrência de crimes, e na sua maior expressão, o crime de homicídio, que tem sido ainda uma prática recorrente na região do Grande Bom Jardim, é um fator que ainda não encontrou, da parte dos órgãos de segurança pública, uma providência que pudesse reduzir os números de óbitos resultantes por conflitos de vários motivos, e que tem produzido uma sensação de medo e um clima de insegurança pública na comunidade dessa região e que por consequência é irradiada para toda a capital.

Nunca tanta gente foi morta em Fortaleza quanto em 2012. Com média de 4,46 assassinatos por dia, a cidade registrou 1.628 homicídios dolosos entre janeiro e dezembro do ano passado. Em comparação com o mesmo período de 2011, quando ocorreram 1.107 casos, o aumento é de 47,06%. Trata-se de um inchaço estatístico nos crimes intencionais acontecido após o recuo de 0,44% no dado de 2011 em relação ao de 2010 (com 1.112 mortes). JORNAL O POVO (2013).

O crescimento da população na região do Grande Bom Jardim, em relação à incidência da prática de homicídios nessa região, mesmo com a implantação do projeto Território da Paz no ano de 2009, tem sido um fator que tem provocado preocupação nos gestores da segurança pública do Ceará, que diante desse quadro, tem procurado implementar diversas táticas através de ações policiais para reduzir essa incidência de crime que são praticados no Território da Paz. De acordo com os levantamentos realizados pela 4ª Companhia do 6º Batalhão, responsável por essa área, o número de homicídios foram 166 no ano de 2010, de 126 homicídios no ano de 2011 e de 150 homicídios no ano de 2012.

3.1 O aumento populacional e a infraestrutura social

Apesar da implementação do projeto do território da paz implantado na área do Grande Bom Jardim, que trazia também ali inseridos vários outros pequenos projetos socioeducativos, indicava ainda dentre seus objetivos principais, um viés de reconstrução ou até mesmo de reinserção humanitária de socialização para os moradores daqueles bairros com a finalidade precípua de buscar minimizar e reduzir o índice de exclusão social e de criminalidade violenta que prevalecia nessa localidade. As estatísticas criminais e dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Mapa da Criminalidade e da violência em Fortaleza, Perfil SER V (2011), indicam que os objetivos perseguidos por esse projeto não foram plenamente alcançados, em face da recorrente onda de homicídios que se instalou nessa região, somados a baixa qualidade de vida de seus habitantes.

Ressaltamos, de forma oportuna, que não pretendemos fazer uma ligação entre pobreza e criminalidade, o que procuramos nesse trabalho é compreender se há alguma correlação entre o aumento populacional, políticas públicas, pobreza e os crimes de homicídios na região do Grande Bom Jardim.

Fortaleza foi a quarta capital do Nordeste e a décima primeira cidade do país a receber o Território de Paz, do PRONASCI. O Projeto do Território de Paz, foi instalado e implementado para atender as demandas sociais no Grande Bom Jardim, o qual é composto por cinco bairros, o Bom Jardim, Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira e Canindezinho e foi implantado nessa região no dia 1º de dezembro de 2009,

na Praça Central da Granja Portugal. Seu intuito é implementar, simultaneamente, ações de prevenção e repressão à violência para reforçar a segurança na comunidade do Grande Bom Jardim.

Infraestrutura social são todos os equipamentos sociais que visam proporcionar mecanismos de realizações sociais para atender as demandas e carências da sociedade, tais como escolas, creches, postos de saúde, hospitais, áreas de lazer, postos de policias, delegacias, agências bancárias transporte coletivo de qualidade, esporte, cultura e lazer. Na tabela abaixo há uma tabulação dos equipamentos de infraestrutura social que estão presentes nos Bairros e nas comunidades que formam o Grande Bom Jardim no período de 2007 a 2009.

Em entrevista para o JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ (2012), o coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), César Barreira, ao se reportar sobre a existência de relação direta entre desigualdade e violência, indicou outro aspecto que seria a carência de políticas públicas específicas para solucionar cada problema.

Numa análise realizada no Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza (Perfil da SER V)(2011), observamos, de acordo com a tabela abaixo, a qual foi elaborada com informações extraídas naquele Mapa, que apesar do elevado número de equipamentos de infraestrutura social ou equipamentos públicos contidos no documento em questão, o Grande Bom Jardim conta apenas com os que estão contidos nesta tabela. Sendo que a maioria desses equipamentos está em outros bairros como Conjunto Ceará e José Walter onde estão os dois únicos hospitais da SER V que atende todos os demais bairros.

Tabela 4 – Equipamentos sociais existentes no GBJ entre os anos de 2007 a 2009

IRRO	SEGURANÇA	JDE	COLA	S. SOCIAL	E*	E*
BOM JARDIM	0	02	03	01	0	0
GJ. PORTUGAL	0	02	03	01	0	0
GJ. LISBOA	01	02	05	0	0	0
CANIDEZINHO	0	0	01	0	0	0
SIQUEIRA	0	02	02	0	0	0

Fonte: SEPLAG /2009 – SSPDS/2010.

*MPE = Ministério Público Estadual * DPE = Defensoria Pública Estadual

Numa análise da quantidade, sem levar em consideração a qualidade dos serviços prestados, de equipamentos sociais existentes na tabela acima, observa-se

que no período entre 2007 a 2009, já havia uma escassez de infraestrutura social na região do GBJ, traduzidos em: saúde, de escolas, atendimento judicial e apenas um equipamento de segurança pública (delegacia), sendo que a polícia militar atuava apenas com viaturas para o patrulhamento das ruas, distribuídas na região para atendimento das ocorrências, sem, no entanto, existir nenhum posto fixo da polícia militar de apoio à sociedade e nem para as viaturas na região do Grande Bom Jardim.

Acredita-se que o clima de insegurança vivenciada pelos moradores do GBJ não é fato atual, pois existem registros na Companhia da Polícia Militar responsável pela área, que está sediada na 2ª Etapa do Conjunto Ceará, da implantação de projetos tais como: Distrito Modelo I, 1998; Núcleo de Policiamento Comunitário, 2007; e Ronda do Quarteirão e Território da Paz, 2009. Esse último com o objetivo de combater as diversas formas de violência que dominavam essa parte da periferia de Fortaleza, o que pelos números de homicídios pouco foi feito.

No Relatório da pesquisa Cartografia da Criminalidade e da Violência na Cidade de Fortaleza, 2010, assegura que as questões relativas à avaliação dos impactos provocados pela execução dos projetos sociais ora em execução e a capacidade de articulação destes com as demais políticas públicas no “Território de Paz” poderão responder a médio e longo prazo, uma vez que em curto prazo os impactos, ainda, não foram sentidos, como nos revelam os dados das ocorrências criminais de 2009 na referida região, assim como a continuidade no crescimento desses dados em 2010.

Contrariando esse aspecto de avaliação, outro trabalho aborda de forma diferente os resultados da implantação do projeto do Território da Paz, ressaltando que de acordo com os boletins criminais da CENEST/SSPDS sobre o Território da Paz, os índices criminais na área tem apresentado uma redução significativa no que se refere a roubos, assaltos, etc. bem como, uma sensível redução no que se refere aos homicídios. Comparando os números de janeiro a julho deste ano, com os de igual período de 2010, todos os crimes mais recorrentes tiveram suas estatísticas diminuídas.

Tabela 5 – Área e população do território da paz no ano de 2012

ÁREA E POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO DE PAZ

BAIRRO	ÁREA (há)	POPULAÇÃO
GRANJA LISBOA	479,3193	52.042
SIQUEIRA	569,4688	33.628
GRANJA PORTUGAL	253,0012	39.651
CANIDEZINHO	332,613	41.202
BOM JARDIM	242,3138	37.758
TOTAL	1876,7161	204.281

FONTE: Ofício IBGE-EU/CE nº 167/2012, 09 de maio de 2012 (Censo Demográfico de 2012)

O Estado além de ser o promotor de políticas pública e sociais para proporcionar uma melhor qualidade de vida a seus cidadãos, também exerce um papel de suma importância na formação do processo democrático brasileiro, atuando como participante protagonista e regulador do processo eleitoral que é fundamental para a concretização do exercício da cidadania. Essa participação traduz a vontade da sociedade em poder exercer seu direito de eleger seus representantes e com isso, poder reclamar e exigir o cumprimento de demandas sociais. É obvio que todos exerçam seu direito de cidadania plena, dentre elas o direito de votar e de ser votado.

Há, através dos estudos aqui realizados que o Estado não está cumprido plenamente seu papel de promotor do bem social, pois verificamos que a região do GBJ é carente de serviços públicos essenciais. Assim, nessa região ocorre um fato que é de se estranhar, que é a existência de 250 seções eleitorais distribuídas nos cinco bairros que forma o GBJ. Observa-se o grande número de seções eleitorais existentes na região do Grande Bom Jardim, mostrando uma desproporcionalidade entre os aparatos de infraestrutura social, que se apresenta diminuto como posto de saúde, escola, creche, lazer e infraestrutura urbana como pavimentação, serviço de esgoto, água encanada e energia elétrica, e as seções eleitorais, numa forte demonstração da ausência de interesse político para amenizar a demanda desses moradores, numa contrapartida da vontade de angariar lugar no poder público em seus três níveis, quando objetivam cooptar votos.

Tabela 6 – Quantidades de seções eleitorais nos bairros que formam o GBJ no ano de 2012

BAIRRO	Quantidades de seções
BOM JARDIM	100
GJ. PORTUGAL	65
GJ. LISBOA	49
CANIDEZINHO	15
SIQUEIRA	21
TOTAL	250

Fonte: TER-CE Eleições 2012.

3.2 Emprego e Renda: indicadores da desigualdade no território da paz

Apesar de Fortaleza concentrar os grandes empreendimentos industriais, comerciais e de serviços e, conseqüentemente, ter uma participação maior na economia estadual frente aos municípios interioranos, nos anos estudados, de 2002 a 2009, percebeu-se que houve um leve decréscimo no (PIB) Produto Interno Bruto (IPECE,2012). Nesse sentido, apesar do desenvolvimento alcançado por Fortaleza, temos acompanhado pela mídia que milhares de pessoas encontram-se ainda desempregadas, vítimas da exclusão social e da situação político-econômica nas cidades e nos bairros. Sobrevivem de bicos, de catar papel, guardar carros, segurar placas ou descarregar caminhões. Famílias inteiras se encontram em situações de miséria, vivendo da rua, sob os viadutos e marquises. As pessoas se aglomeram nas ruas e bairros da cidade na expectativa de se alimentarem das sobras do luxo social, sem qualquer amparo público, principalmente a idosos e pessoas com deficiência.

A leitura da tabela abaixo, divulgada pelo IPECE (2012), mostra a realidade vivenciada por moradores do Grande Bom Jardim, onde seus cinco bairros, dentre os dez mais pobre, JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ (2012) figuram como os cinco mais pobres de Fortaleza, onde nesse mesmo jornal, o coordenador do Laboratório de Estudos da Violência(LEV), César Barreira, afirma que há uma relação direta entre

desigualdade social e violência. “Nesse sentido, os bairros com menor renda são lugares propícios para que hajam práticas violentas e disputa por determinados bens”, explicou. O Pesquisador, dentre as causas, apontou vários aspectos, sendo o principal o tráfico de droga, seguido da circulação de armas de fogo. Esses aspectos podem explicar o aumento de homicídios, disse.

Tabela 7 – Distribuição da renda e da população por Bairros do GBJ no ano de 2010

BAIRRO	Total	%	Renda Média	RK*
BOM JARDIM	37758	1.5	349.75	110
GJ. PORTUGAL	39651	1.6	334.83	114
GJ. LISBOA	52042	2.1	341.36	112
CANIDEZINHO	41202	1.7	325.47	117
SIQUEIRA	33628	1.4	326.8	116

Fonte: Censo Demográfico do IBGE. Elaboração IPECE. *RK = Ranking.

Tabela 8 – Distribuição da renda e da população por Regionais de Fortaleza no ano de 2010

SER	Nº de Bairros	População	%	Renda Média	RK*
I	15	363912	14.8	587.7	5
II	21	363406	14.8	1850.1	1
III	16	360551	14.7	658.0	4
IV	20	281645	11.5	845.2	2
V	18	541511	22.1	471.7	6
VI	29	541160	22.1	715.4	3

Fonte: Censo Demográfico do IBGE. Elaboração IPECE. *RK = Ranking.

Tabela 9 – Bairros com maior intensidade de pessoas na extrema pobreza no ano de 2010

BAIRRO	População total	nº de pessoas na extrema pobreza
CONJ. PALMARES	36.599	6.277
JANGURUSSU	50.479	5.511
GRANJA LISBOA	52.042	4.949
BARRA DO CEARÁ	72.423	4.808
MONDUBIM	76.044	4.521
CANINDEZINHO	41.202	4.314
VICENTE PIZON	45.518	4.249
GRANJA PORTUG	39.651	4.141
GENIBAU	40.336	4.092
SIQUEIRA	33.628	3.994
TOTAL	487.922	46.856

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010 dados preliminares.

Da análise desse quadro de nível de renda, tanto por bairro como por regional que alcança os maiores índices de pobreza e de extrema pobreza, a precária infraestrutura urbana, a precária infraestrutura social, traduzida em equipamentos

sociais, o aumento populacional resultante da migração de bairros, os subempregos e a recorrência de homicídios, constatamos que a região do Grande Bom Jardim reúne um conjunto de elementos que o habilitam a ser um local de criminalidade e de violências.

A fim de compreender as razões para o aumento da criminalidade no GBJ, pois há uma percepção no censo comum, que o caso da criminalidade não é apenas um caso de segurança pública, bem como a ausência de controle em níveis aceitáveis da prática de homicídios que marca de forma negativa o conceito dos bairros que o constituem e, conseqüentemente, a conduta de seus moradores, é que buscamos traçar um paralelo entre a existência de um número considerável de equipamentos públicos, infraestrutura urbana adequada, a superpopulação, pobreza extrema e práticas conflituais, mais precisamente a prática de homicídios.

Assim, as pesquisas documentais dos bairros que compõem o Grande Bom Jardim, abordando as problemáticas acima citadas com o aumento da população daqueles bairros, resultado da migração entre bairros, conduzido pelo Governo do Estado através do remanejamento de famílias para essa região, tem grande relevância para a sociedade local, para a sociedade em geral e, de maneira especial, para o poder público como promotor do bem social que se mostra inerte diante do quadro de violência e de crimes de homicídios cotidianamente.

A discussão da problemática em torno desse tema contribuirá de forma positiva para o debate político-social no que diz respeito ao entendimento dos vários fatores que serão investigados, e assim, poderá facilitar proposituras de medidas futuras que visem mitigar a violência naquela localidade, contribuindo para a paz social e a tranquilidade pública naquele conglomerado.

3.3 As lacunas do poder público no território da paz e a violência: causa ou efeito?

É uma reivindicação unânime presente nos diversos bairros que formam a periferia de Fortaleza, a necessidade da instalação de uma infraestrutura social que tem como responsável o próprio Estado. Nesse contexto, o Grande Bom Jardim apresenta os piores indicadores, (Perfil SER V, 2011), (IPECE, 2012), em termos de políticas

públicas, fato que se contrapõe ao tamanho da população e a quantidade de seções eleitorais existentes nessa região.

A pesquisa realizada procurando identificar o perfil do conglomerado dos cinco bairros que formam o GBJ, espelhou a situação, IPECE (2012) de pobreza extrema, região mais populosa, Mapa da Criminalidade e da Violência de Fortaleza (Perfil SER V) (2011), mais carente de serviços de infraestrutura urbana e que ainda apresenta o mesmo número de equipamentos sociais existentes entre 2007 a 2009 e de ser uma das regiões mais violenta da periferia de Fortaleza.

GAUER, GABRIEL J. CHITTÓ (Org) (2005) ressalta que de modo geral, a violência deixa transparecer reivindicação de ordenamentos sociais mais justos – como se sabe, o conceito de justo (conceito relativo, mas sempre dotado de valor) é eminentemente arbitrário – e, por outro lado, denuncia a impotência do Estado, que não consegue cumprir o seu projeto (muitas vezes mais anunciado que desejado) de unificar e equilibrar a sociedade. Esse é um problema geral para os governos atuais; se problema real ou ficção discursiva é outro assunto.

Segundo o Mapa da Criminalidade e da Violência de Fortaleza (Perfil SER V) (2011), há um indicativo de que a taxa de acesso à rede de esgoto da Regional V é a pior entre as seis regionais, com 24,56%. Outro dado interessante apresentado na pesquisa mostra que os piores IDHM-B (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) são Parque Presidente Vargas (0,377), Siqueira (0,377) e Genibaú (0,378). O Bom Jardim obteve média de 0,403.

3.3.1 SEGURANÇA PÚBLICA

A atividade de segurança pública desenvolvida na Regional V, e que é também a responsável pela segurança da área do Grande Bom Jardim é realizada pela Célula do 6º Batalhão de Polícia Militar (6º BPM), sediado no Conjunto Esperança, que contém dois núcleos de policiamento, a 4ª Cia/17ºBPM, localizado no bairro da Maraponga e o núcleo da 4ªCia/6ºBPM, sendo este núcleo o responsável direto pelo policiamento da região do GBJ e que está localizada na 2ª etapa do Conjunto Ceará. No que se refere à Polícia Civil, a SER V é coberta por quatro distritos policiais: 8º

Distrito Policial, localizado no bairro do José Walter, 12º Distrito policial, localizado na 2ª etapa do Conjunto Ceará, 19º Distrito policial, no bairro do Conjunto Esperança e o 32º Distrito policial, localizada no bairro do Bom Jardim, Parque Santa Cecília; Recentemente foi implantada uma Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas (DRFVC), também no bairro da Maraponga.

Embora seja mais populosa (540,7 mil habitantes), a quantidade de distritos policiais existentes na SER V é menor que a de regionais com menor número de moradores, como a SER II (372,6 mil habitantes), com cinco DPs cada uma. Essa diferença faz com que haja um distrito para cada 135,1 mil pessoas na Regional V. Na Regional II, por sua vez, há um distrito para cada 74,5 mil pessoas.

Um núcleo de Liberdade Assistida (LA) opera no Bom Jardim. Na regional, localiza-se também o Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, localizado no bairro José Walter, destinado a jovens e adolescentes em conflito com a lei.

3.3.2 MORTES VIOLENTAS E HOMICÍDIOS

Nesta Regional, as ocorrências mortes violentas tem índices mais elevados nos bairros do Bom Jardim (82 casos em 2007, 74 casos em 2008 e 58 casos em 2009), Mondubim (47 casos em 2007, 35 casos em 2008, e 32 casos em 2009), Prefeito José Walter (60 casos em 2007, 36 casos em 2008, e 23 casos em 2009) e Siqueira (54 casos em 2007, 26 casos em 2008 e 24 casos em 2009). É possível, entretanto, observarmos tendência de queda no número das ocorrências nos referidos bairros, nos três anos seguidos. Ao destacarmos os homicídios⁴ nas ocorrências de mortes violentas⁵, verificamos, no caso da Regional V, que alguns bairros assumem posições de destaque entre os 20 bairros de maior incidência de homicídios na cidade de Fortaleza, nos anos de 2007, 2008 e 2009. Há, contudo, entre os bairros com expressivas taxas de homicídios, movimentos simétricos e assimétricos que merecem ser destacados, antes de detalharmos as posições específicas desses bairros.

⁴ HOMICÍDIO – crime, consiste no ato de uma pessoa matar outra (diversos tipos)

⁵ MORTE VIOLENTA – resultado de ação lesiva (suicídio, homicídio, acidente)

Enquanto os bairros do Bom Jardim, Mondubim, Prefeito José Walter e Parque Santa Rosa se caracterizam pelo declínio nas taxas de homicídios de 2007 para 2008 e na elevação dessas de 2008 para 2009, os bairros Granja Portugal, Canidezinho e Maraponga se assemelham pela elevação continuada nas taxas de homicídios nos três anos seguidos. Assim como Manoel Sátiro, Conjunto Ceará e Parque São José têm em comum o declínio nas estatísticas de homicídios nos mesmos três anos. Há, ainda, variações pontuais de bairros como Siqueira, que apresenta crescimento das taxas de homicídios seguido da manutenção dessas nos dois últimos anos da pesquisa. Enquanto os bairros Granja Lisboa e Jardim Cearense tiveram quedas seguidas de estabilização nas taxas de homicídios no mesmo período.

O bairro Bom Jardim registrou 49 homicídios em 2007, 39 em 2008 e 61 em 2009, assumindo, assim, a 1ª posição em 2007, a 3ª em 2008 e retorna a 1ª posição em 2009 entre os bairros de maiores incidência de homicídios na cidade de Fortaleza.

Com isso, percebe-se, conforme o que foi descrito, isto é, a maneira de como foi formado o GBJ, com a reunião dos cinco bairros mais populosos e mais pobres, através da migração de pessoas do interior do Estado fugindo da seca e de pessoas de outros bairros da capital cearense por diversos fatores e dentre eles o financeiro, fizeram nascer nesse local uma comunidade de excluídos socialmente e que nos dias atuais está passando pelos mesmos problemas apresentados no início de sua formação. Em recorrentes pesquisas amplamente divulgadas pela mídia abordando o desenvolvimento do Ceará e em particular de Fortaleza, observa-se ainda que todos esses bairros estão apresentando as mesmas características que o inauguraram, tais como: aumento da população, situação de pobreza extrema, precárias condições de infraestrutura urbana e infraestrutura social, traduzida insuficiência e ausência de equipamentos sociais, a transferência de famílias de classe pobre que residiam em áreas de risco e de outros bairros da periferia de Fortaleza.

Nesta pesquisa, observamos que o número de equipamentos sociais existentes no período de 2007 a 2009 são os mesmos que existem ainda hoje, isto é, na área da segurança pública existia e ainda existe apenas uma delegacia de polícia civil, localizada no bairro do Bom Jardim que não atende o público nos finais de semana. Já a polícia militar executa o policiamento com viaturas e motocicletas, porém

não existe nenhuma unidade instalada dentro dessa região. Existem 08 postos de saúde, 14 escolas e 02 associações sociais. Esse pequeno aparato deve atender uma população de 204.281 habitantes distribuídos na área do GBJ. A única agência bancária da caixa econômica existente para atendimento à população foi recentemente instalada no bairro do Bom Jardim e que somente recebe pagamentos acima de mil reais tendo as pessoas que recorrerem às agências lotéricas ou irem para outro bairro. Não existe no Grande Bom Jardim nenhuma agência de serviços públicos, como Cagece, Coelce, Correios, Sine e do Ministério do Trabalho. As linhas de ônibus são as mesmas. Apesar de todos esses fatores, os bairros do Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho e Siqueira, tiveram sua população aumentada e nenhum equipamento social e de infraestrutura foi construído nessa região, limitando-se apenas os gestores da Regional V, em realizar reformas.

De forma contrária à existência do reduzido número de equipamentos sociais, a precária infraestrutura e a ausência de outros citados no parágrafo anterior, o número de seções eleitorais existentes no Grande Bom Jardim é de 250 seções.

Outro grande fator de preocupação, não só dos moradores desses bairros, mas da sociedade em geral e dos órgãos de segurança pública do Ceará, é a violência e os crimes de homicídio que lá são praticados. Apesar dos investimentos na segurança pública e da implantação no ano de 2009 do Projeto Território da Paz, que objetivava criar mecanismos que minimizasse a prática desses crimes e reduzisse a violência nessa região, praticamente não alcançou os objetivos desejados, pois no período entre 2007 a 2009, foram 304 homicídios, contra 442 no período de 2010 a 2012, objeto de nossa pesquisa, numa clara demonstração de que o problema da violência não se reserva apenas a atuação da polícia.

Assim, há uma forte tendência em percebermos que esses conjuntos de fatores poderão estar contribuindo para a incidência da violência e a prática de homicídios no Território da Paz, com maiores indicativos para o aumento da população carente é resultado da migração entre bairros, o choque de interesses por domínio territorial e tráfico de droga, a carência de infraestrutura urbana e social e a divisão das precariedades desses serviços que foram reduzidos o seu acesso pelo aumento da população.

Nesse sentido, a pasta da segurança pública do Ceará, tem realizado o seu papel. A polícia está atenta na prevenção e no combate a criminalidade, porém, ressentindo-se de apoio de outros atores sociais que possam minimizar o abandono social dessa região, aliado a outros conjuntos de fatores, dentre eles a celeridade nos julgamentos dos acusados pela prática de crimes, causando a impunidade.

4 SUGESTÃO PARA CONTRIBUIÇÃO E MITIGAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO DO GRANDE BOM JARDIM

Diante da sensação de insegurança que se instalou no município de Fortaleza e especialmente na periferia, dentre a qual está o Grande Bom Jardim, podemos observar o distanciamento do aparato de segurança pública estadual dessa sociedade, traduzida na inexistência de Núcleos da Polícia Militar para solucionar os problemas dos 204.281 mil habitantes, os quais são atendidos apenas pelo 3º Núcleo da Polícia Militar, localizado no Conjunto Ceará e pela 6ª Célula da Polícia Militar, localizada no Conjunto Esperança. Há uma percepção em ressaltarmos que a ocupação do espaço urbano com a presença de quartéis, numa forma de ocupação nesses ambientes, mesmo apesar do atendimento das ocorrências policiais naqueles bairros serem realizado por viaturas, atuando de forma esporádica, não existe uma estrutura física da Polícia Militar. Com isso, a presença física da segurança pública manifestada com a presença desses equipamentos de forma mais equilibrada, mais justa e equitativa, proporcionaria uma efetiva ostensividade da Polícia Militar nas ruas e serviria ainda como referencial de apoio social. Essa presença física da Polícia Militar resultaria em um efeito psicológico muito bom para a sociedade local, traduzida numa sensação de tranquilidade pública.

Dessa forma, objetivando minimizar a ausência e o distanciamento da Polícia Militar na região do Grande Bom Jardim, Território da Paz, onde a violência e os crimes de homicídios são crescentes, sugerimos a criação e a instalação de Núcleos da Polícia Militar, resultante de estudos onde tenha maior impacto de concentração populacional, procurando dessa maneira propiciar uma maior viabilidade, agilidade e eficiência no atendimento de ocorrências naqueles bairros, pois, a presença dessas estruturas físicas proporcionaria uma melhor sensação de segurança dos moradores e serviria de fator de inibição para a ação dos delinquentes.

Portanto, reforçando o compromisso com a preservação da ordem pública e, objetivando contribuir para o estudo acadêmico dos problemas que atingem esse aspecto da política social é que estamos atendendo as orientações reguladas pela Academia Estadual de Segurança Pública do Estado do Ceará (AESP-CE), abordando a área temática da Segurança Pública que trata de estratégias e procedimentos operacionais dentro da linha de pesquisa que visa analisar as dinâmicas e os fatores

explicativos da incidência de atos de violência e criminalidade, praticadas por grupos ou organizações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos neste trabalho, buscar compreender até que ponto os fatos constatados, durante a pesquisa documental, no que concerne a precariedade de serviços básicos de infraestrutura, a deficiência dos equipamentos sociais, os quais entendemos como infraestrutura social, a mobilidade urbana e social vivenciada na região do Grande Bom Jardim, envolvendo os pontos que estão provocando a insegurança gerada pelo crime em suas diversas tipicidades e em particular o crime de homicídio que produz imagens negativas daqueles bairros, está contribuindo para essa prática letal contra a vida.

Entendemos que o aumento populacional resultado da migração de pessoas moradoras de áreas de risco e de pessoas de classe baixa que residiam em outros bairros da periferia de Fortaleza, a situação de pobreza e de extrema pobreza vivenciado pelos moradores do Grande Bom Jardim, a baixa renda salarial e prática de homicídios no território da paz, produz entraves sociais nesses bairros que limitam o acesso a serviços públicos provocados pela divisão dos serviços antes prestados precariamente e com o aumento da população torna-se ainda mais difícil o seu acesso.

O abandono social, provocado pela ausência do poder público no Grande Bom Jardim, segundo nossos levantamentos, torna as pessoas que moram em áreas periféricas em seres invisíveis e desprovidos de valor social, e a ocorrência de homicídios nesses locais, representam apenas números crescentes na estatística de segurança pública, sem proporcionar a devida valoração da vida humana, pois, as lacunas existentes de equipamentos de infraestrutura social e as precárias condições dos já existentes depõem contra uma acessibilidade de uma melhor qualidade de vida que deve ser proporcionada pelos entes públicos.

A ausência de compromisso político social em cumprir o real papel de administrador da coisa pública, tem sido uma marca nas gestões estaduais e municipais traduzidos nas manchetes divulgadas pela mídia que denunciam a situação precária da saúde, da educação, transporte público, segurança pública e a pobreza social, dentre outros, cuja indignação com essa situação está sendo motivo para as manifestações recentemente ocorridas no Brasil.

Nesse sentido, a cidade de Fortaleza nos últimos dez anos vem passando por momentos que demonstram a ausência de comprometimento dos gestores públicos em conduzir a administração pautada na legalidade e que atenda os anseios e as demandas sociais, fato que deixou a população da periferia numa situação de total desamparo social, e em particular os bairros do Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho e Siqueira, que formam o Grande Bom Jardim, segundo comprovam as pesquisas realizadas pelo IPECE e pela Secretaria Regional V.

Percebe-se que não há nos administradores públicos o interesse em proporcionar políticas públicas de atendimento social, sendo as gestões conduzidas pela conveniência pessoal. A preocupação do administrador contemporâneo está em realizar programas e projetos voltados à promoção política pessoal, traduzidos na construção de avenidas, viadutos, pontes, túneis e outras edificações que deem retorno financeiro ao próprio Estado, como se o ente público fosse uma empresa privada para obter lucros, ignorando e desprezando o papel legítimo desse ente que é o bem social, realizado através de ações de interesse coletivo da sociedade, em equipamentos de infraestrutura social, infraestrutura urbana.

A situação de insegurança pública provocada pela violência e da criminalidade presente nos bairros que compõem o Grande Bom Jardim que estão produzindo uma sensação de medo social, não é uma questão meramente de policia. Ela perpassa também, e há uma tendência em se acreditar nisso, por vários fatores de cunho social e de políticas públicas de atendimento a população para que assim essa comunidade possa ter a sua garantia de cidadania plena com uma boa qualidade de vida.

O tema Violência e Paz foi a tônica de nosso trabalho que procurou a utilização desses termos para demonstrar que nesse contexto, o antônimo de Paz é a Violência, fato que na nossa percepção não torna essas sentenças verdadeiras por motivos de sabermos que a ausência de paz é a guerra, porém, nos justificamos em demonstrar que na realidade o que presenciamos diariamente na periferia de Fortaleza é uma guerra urbana que não tem limites de escrúpulos, que mata mais que uma verdadeira guerra. Essa guerra urbana que a cada dia se banaliza, onde a vida perde a cada momento seu sentido de existência e seu valor.

Percebe-se que o desvalor pela vida, isto é, a banalização da vida está presente nas pessoas que vivem sem perspectiva, sem apoio social, na ociosidade, sem trabalho e cujo cenário está montado na periferia da capital, em locais como o Grande Bom Jardim. Essa banalização é divulgada diariamente pela mídia especializada e nos programas policiais existentes, mostrando o clima de violência e insegurança instalado na periferia de Fortaleza e nas cenas de homicídios praticados, com a população curiosa assistindo no local as cenas de violência e acenando para a reportagem.

Portanto, falar no Grande Bom Jardim (GBJ), BONJA, BJ ou GOOD GARDEN, nome pelos quais é conhecida e tratada de forma carinhosa por alguns moradores e nas praticas violentas e nos homicídios, relacionando esses fatos com o aumento da população, a extrema pobreza, e a precariedade de equipamentos sociais é um fato que, segundo estudiosos, habilita aqueles bairros a ser e produzir um nicho de criminalidade.

Aqui uma pergunta que não quer calar e sempre é muito questionada nos meios acadêmicos. A quem interessa a existência da violência, da seca, da pobreza, da miséria, da fome. A quem interessa a existência das precariedades na saúde, na educação, na segurança pública, nas infraestruturas urbanas e sociais?

Considerar a violência urbana como um caso somente de segurança pública é uma demonstração de desconhecimento dos aspectos sociais que permeiam o comportamento humano. Assim, colocar um policial em cada esquina não irá resolver o problema da violência. Somente colocar a policia nas ruas não é a solução para a criminalidade e violência que está presente em toda periferia de Fortaleza. O fato é mais social que policial, é uma questão de políticas públicas e da saúde pública.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. A síntese criminológica: diagnóstico e prognóstico. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Administração Penitenciária**. São Paulo: IMESP, 1980.
- ADORNO, Sérgio; BORDINI, E. B. T. Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 03, n. 09, 1989.
- ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Núcleo temático: Violência - Nota de apresentação. In: **Revista Ciência e Cultura**. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Paulo, Ano 54, n. 01, 2002.
- BOURDIEU, P. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. A economia das trocas simbólicas. 3. ed.. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BOAS, G.; GONÇALVES, M. A. (orgs.). **O Brasil na virada do século**: o debate dos cientistas sociais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- CAMPOS COELHO, Edmundo. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 1978.
- _____. Sobre sociólogos, pobreza e crime. In: **Dados**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 03, 1980.
- COELHO, Magda Prates. **Crime organizado e pobreza**: uma nova associação. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1992.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012.
- FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MISSE, Michel. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In: VILLAS MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Portugal: Europa-América, 1994.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. **Crime e criminosos em Belo Horizonte**: 1932-1978. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. Problemas sociais, políticas públicas: o caso do tóxico. In: **Polícia Militar, Estado e Sociedade**: os desafios da modernidade. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1992.

PAIXÃO, Antônio Luiz; CAMPOS COELHO, Edmundo. **Caracterização da População Prisional em Minas Gerais e Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DE FORTALEZA, IPECE. Fortaleza, 2012.

RAMALHO, José Ricardo. **O mundo do crime**: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo. In: **Revista Sociologias - Dossiê “Conflitualidades”**. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 01, n. 01, 1999.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Nem líderes, nem heróis: a verdade da história oral. In: **Presença**. Rio de Janeiro, n. 14, 1989.

ÓDALIA, N. O que é violência. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LOMBROSO, César. O Homem delinquente. São Paulo: Ícone, 2013. (coleção fundamentos do direito).

KAWASAKI, AKi Gui. A arte de começar – o guia definitivo para iniciar seu projeto – São Paulo: Best Seller LTDA, 2011.

REVISÕES DE LITERATURA - LEITURA SECUNDARIA

- Bairros pobres de Fortaleza sofrem com violência enquanto ricos estão “Seguros”.
Jornal tribuna do Ceará - Acessado em 27/03/2013.

- BRASIL, Maria Glaucíria Mota. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís- MA, 28 a 30 de Agosto de 2007.

- **Cartografia da Criminalidade**: estudo revela que as SER V e VI são os mais violentos da capital. 2007-2009.

- **instituto Sangari**: mapa da violência no Brasil (2012).

- Fórum Brasileiro de segurança pública (2007)
- Criminalidade. Jornal O Povo Online - Acessado em 22/03/2013.

- ELIAS, Norbert. **Poder, Controle e Violência**. XII Simpósio Internacional – Processo Civilizador. Recife – Brasil - 2009. Por Suenya Talita de Almeida – UFPE – CNPQ.

- GAMA TORRES; ETAL. Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial. Projeto de Pesquisa – Centro de estudos a Metrópole (CEM).

- Histórias do Bom Jardim é marcado por muitas dificuldades. Jornal O Povo Online - Acessado em 16/05/2013.

- MAGALHÃES, Huacy Ragner de. **Violência Criminal e Pobreza: Aspectos Sociológicos na Literatura Violência** – Internet.

- SOUSA BEZERRA, Leila Maria Passos de. Sentidos da Pobreza e do viver em território estigmatizados. Versos de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza – CE. V – Jornada Internacional de Políticas Públicas – 23 a 26/08/2011.

- SOUSA, Emanuel Bruno Lopes de. **Crime e Violência na Periferia de Fortaleza**.

- Violência é preciso diagnosticar as causas da violência. Jornal O Povo Online - Acessado em 17/06/2013.

- Violência Urbana – Histórias de quem trabalha com medo. Jornal O Povo Online – Acessado em 26/03/2013.

- ZALVAR, Alba. **Oito Temas para Debate** – Violência e Segurança Pública – Sociologia, Problemas e Práticas. nº 38, 2002, p. 19-24.
<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2013/03/01/noticiasjornalfortaleza,3014635/fortaleza-e-a-13-cidade-mais-violenta-do-mundo-segundo-pesquisa.shtml>

